Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPEA/IPLAN
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO
SEPLAN

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 184

"CONTROVÉRSIAS DE ECONOMIA AGRÍCOLA: UMA REVISÃO CRÍTICA"

Gervásio Castro de Rezende

Dezembro de 1989

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Setembro de 1989

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares
Rio de Janeiro/RJ
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

CONTROVÉRSIAS DE ECONOMIA AGRÍCOLA: UMA REVISÃO CRÍTICA*

Gervásio Castro de Rezende**

I. INTRODUÇÃO

II. O COMPORTAMENTO DO PRODUTO AGRÍCOLA NOS ANOS 80

III. AGRICULTURA NO CICLO ECONÔMICO

IV. CRISE EXTERNA, POLÍTICA ECONÔMICA E AGRICULTURA

V. A QUESTÃO DO CONFLITO DOMÉSTICOS/EXPORTÁVEIS NA DÉCADA DE 80 E O PAPEL DA AGRICULTURA NO AJUSTAMENTO MACROECONÔMICO

VI. SUMÁRIO E CONCLUSÕES

VII. BIBLIOGRAFIA

---

*Este trabalho é uma versão revista e ampliada de "Política Econômica e Agricultura na Década de 80", in "Perspectivas da Economia Brasileira - 1989" (Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1989).

**Do INPES/IPEA e da UFF.

SINOPSE

O trabalho analisa o desempenho da agricultura na década de 80. Mostra-se que o produto agrícola preservou, em boa parte, nessa década, sua tendência de crescimento dos anos 70, e que o comportamento cíclico desse produto não guardou uma relação sistemática com a evolução cíclica geral. Essa última conclusão, em particular, suscitou o retorno às contribuições de uma antiga literatura sobre o comportamento da produção e dos preços agrícolas no ciclo econômico, adaptada, entretanto, para levar em conta aspectos especialmente relevantes na análise do caso brasileiro. O trabalho argumenta, ainda, que houve uma nítida melhora no desempenho da produção agrícola para o mercado interno, e procura situar esse fenômeno numa perspectiva de análise mais ampla da contribuição da agricultura ao processo de ajustamento da economia brasileira à crise externa. Permeia todo o trabalho uma preocupação de usar essa experiência histórica recente como base para uma revisão crítica de questões polêmicas na área de Economia Agrícola no Brasil.

I. INTRODUÇÃO

No final dos anos 70 prevalecia o diagnóstico de que o crescimento agrícola observado até então, embora altamente dinâmico em seu conjunto, padecia de dois problemas principais. O primeiro consistia no "problema da produção de alimentos", representado por um crescimento insatisfatório das atividades de mercado interno, com consequências negativas sobre o nível de renda real da população urbana e sobre o processo inflacionário. O segundo consistia no fraco poder de irradiação dos frutos desse crescimento para a força de trabalho rural, como expresso na redução do número de pequenos produtores e na criação de empregos assalariados em número insuficiente (devido à mecanização) e, em boa parte, de tipo inadequado (a exemplo da contratação de "bóias-frias").

A esses questionamentos juntaram-se outras preocupações, no início dos anos 80. Passou-se a temer, já agora, pela própria continuidade do crescimento agrícola. A primeira ameaça partia da elevação dos custos de produção agrícola, em função do segundo choque do petróleo (1979-80); esperava-se que a fronteira agrícola fosse especialmente atingida. A segunda ameaça residia na perspectiva de retirada do subsídio ao crédito rural - iniciada em 1979, pelo crédito de investimento, e completada em fins de 1983, com a indexação plena do crédito de custeio. Finalmente, passou-se a temer, também, por um agravamento do "problema da produção de alimentos", já que se esperava que a crise de balanço de pagamentos forçasse o Governo a conceder maiores incentivos às exportações agrícolas, sem falar no PROÁLCOOL.

Dez anos depois, a agricultura é vista como um setor que se manteve crescendo a taxas relativamente elevadas, deitando-se por terra, portanto, as preocupações quanto à reforma do crédito rural e quanto ao segundo choque do petróleo; a expansão agrícola do Centro-Oeste, em particular, foi notável. Além disso, trabalhos recentes apontam que esse crescimento teve a contribuição decisiva da produção para o mercado interno. Não bastasse isso, evidências sugerem que a pequena agricultura voltou a crescer e que as relações contratuais no mercado de trabalho rural têm-se alterado a favor da mão-de-obra fixa.

Este trabalho apresenta uma visão de conjunto do desempenho agrícola nos anos 80, como base para uma reconsideração crítica das questões levantadas no final dos anos 70 e início dos 80 e também para a proposição de novas

perspectivas de análise sobre essas e outras questões. A Seção II introduz a evidência empírica que tem servido de base para a conclusão de que a agricultura preservou, na década de 80, sua trajetória de crescimento dos anos 70; mostra-se, além disso, que as flutuações do produto agrícola em torno dessa tendência de crescimento não seguiram o padrão cíclico da economia como um todo. Com o propósito de prover uma estrutura analítica capaz de contribuir para a análise desse comportamento da agricultura, a Seção III chama a atenção para a existência de peculiaridades de organização econômica da agricultura, destacando-se o papel de processos específicos de formação de preços de produtos e de fatores de produção agrícolas. À luz dessa perspectiva analítica geral, o caso brasileiro é então, inicialmente, discutido também nessa Seção III.

A discussão do caso do Brasil prossegue, contudo, nas Seções IV e V. A Seção IV focaliza contribuição da política econômica, através de seus instrumentos de ação tanto setorial como macroeconômica. A Seção V, por sua vez, analisa o desempenho da produção agrícola segundo os subsetores de agricultura de mercado interno e de exportação e conclui no sentido de que houve uma nítida melhoria do desempenho da produção para o mercado interno. Além de sugerir possíveis hipóteses explicativas desse fenômeno, o trabalho procura situá-lo numa perspectiva mais ampla de análise da contribuição da agricultura ao processo de ajustamento da economia brasileira à crise externa.

Cabe ainda notar que, em função de seu objetivo geral enunciado acima, o trabalho detém-se, em suas várias partes, para apontar as lições que essa experiência histórica oferece à Economia Agrícola no Brasil. Na última seção, essa preocupação é retomada, sumariando-se, então, as principais conclusões a este respeito.

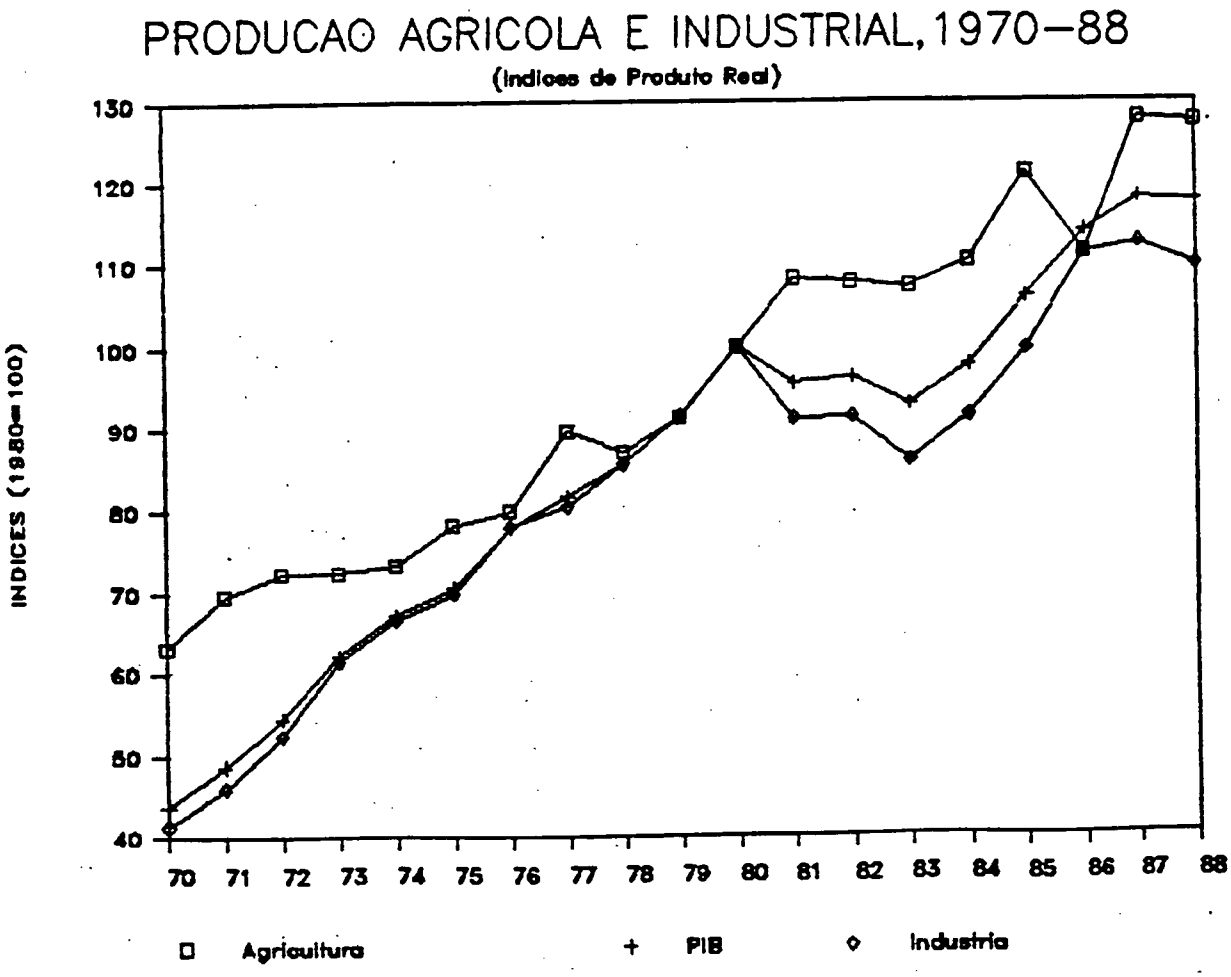
II. O COMPORTAMENTO DO PRODUTO AGRÍCOLA NOS ANOS 80

O Gráfico 1 não deixa dúvida quanto à manutenção, em termos agregados, na década de 80, da trajetória de crescimento agrícola verificada nos anos 70, em franco contraste com o ocorrido no conjunto da economia e com o setor industrial em particular.

Embora só recentemente esse fato tenha merecido a atenção geral (a

partir das "super-safras" de 1987, 1988 e 1989), pode-se ver que, na verdade, desde o início da presente década a produção agrícola vem-se expandindo satisfatoriamente. No triênio 1981-83, por exemplo, enquanto a produção industrial reduziu-se em 15%, a agrícola aumentou cerca de 7%. O mesmo gráfico permite ver, ainda, que os níveis "recordes" de produção agrícola de 1987 e 1988 representam, em boa medida, uma mera recuperação do trend observado até 1985, frustrado em 1986 em virtude da seca do final do ano anterior. Admitindo-se, então, como normal o ano de 1988, tem-se uma taxa média anual de crescimento geométrico de 3,1%, entre 1980 e 1988, para a agricultura, que se compara com 1,2% para a indústria; as mesmas taxas foram de 4,7 e 9,3%, respectivamente, no período 1970/80. Ou seja, a agricultura reduz a sua taxa média de crescimento em 1,6 pontos percentuais, enquanto a indústria perde cerca de oito pontos na década de 80, se comparada com a de 70. [Para uma conclusão semelhante, ver Homem de Melo (1989)].

Gráfico 1



O Gráfico 2, por sua vez, apresenta uma visão desagregada do comportamento do produto agrícola segundo os subsetores de lavouras (sem café) e de produção animal, ambos cotejados com a indústria. Nota-se claramente que o crescimento da produção vegetal foi mais firme, no conjunto do período 1980-88, do que o da produção animal; de fato, esta última praticamente não cresce entre 1980 e 1986.[1] Além do mais, há uma diferença marcante no comportamento cíclico da produção desses dois subsetores, no período 1980-88. O produto vegetal evolui de maneira independente vis-à-vis o ciclo geral: as flutuações em torno da tendência de crescimento se devem inteiramente à influência de fatores climáticos. Isso se verifica tanto em 1983 (em que a safra foi afetada por enchentes no Centro-Sul e seca no Nordeste) quanto em 1985 e 1986 (em que se alternaram rendimentos físicos anormalmente altos e baixos, respectivamente).[2] A produção animal, por outro lado, comporta-se em razão inversa com o ciclo industrial: ela cresce no triênio 1981-83 e no biênio 1987-88 (períodos de queda ou estagnação do produto industrial) e cai no triênio 1984-86 (período de crescimento econômico).

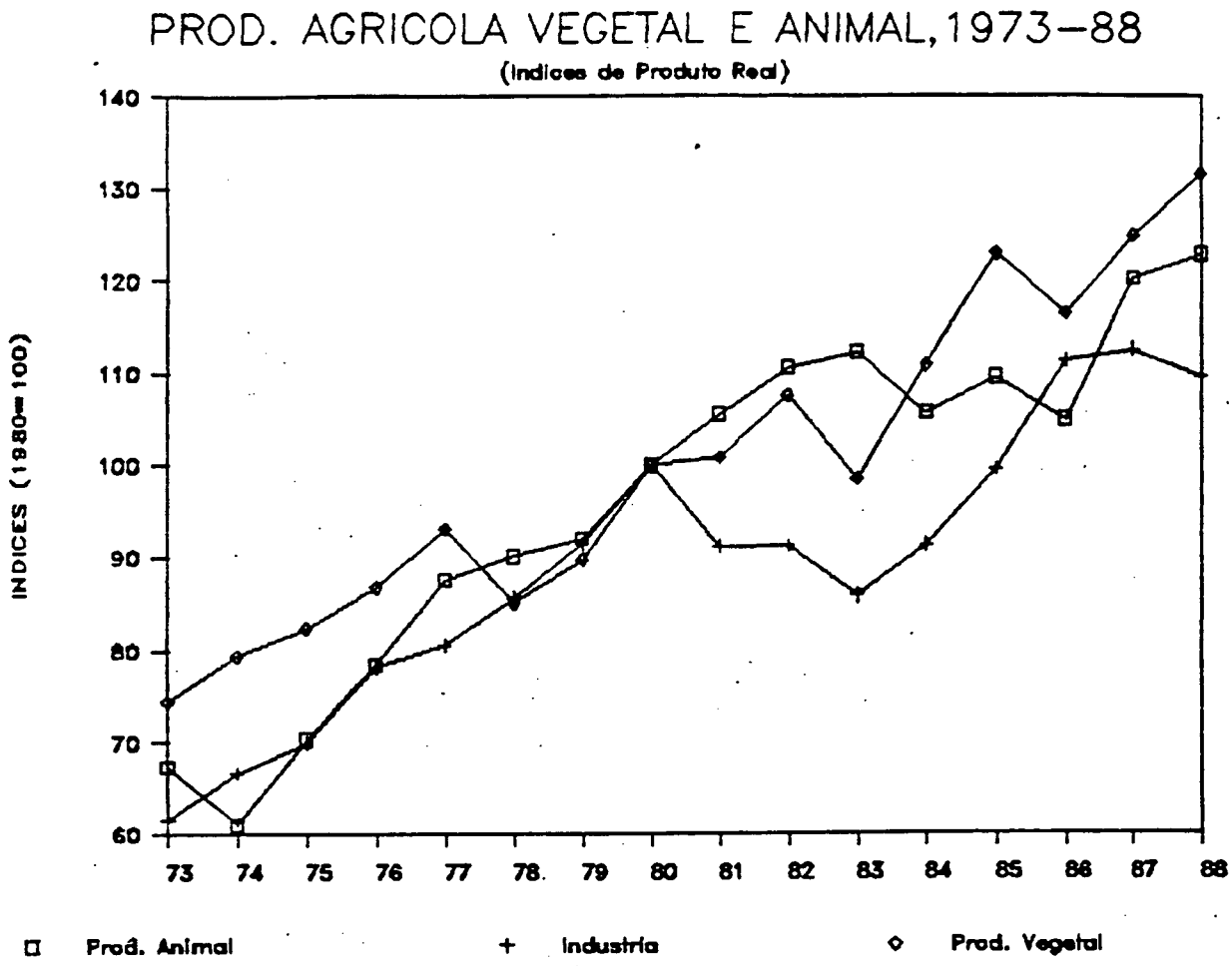
Cabe observar que esse comportamento do produto animal se deve ao comportamento análogo do abate bovino, que mede, para o IBGE, a produção da pecuária de corte, e que tem grande peso no índice de produto animal. Não é difícil, por outro lado, entender porque o abate bovino se comporta contraciclicamente: queda da demanda final de carne, na recessão, faz cair os preços do boi gordo e isso, na medida em que gera expectativas de queda ulterior desses preços, induz à liquidação do rebanho; na retomada, por outro lado, o inverso ocorre. A atuação desse mecanismo deve ter sido reforçada ainda, no caso brasileiro, pela política de altos juros reais entre 1981-83 e pela volta da indexação financeira em 1987 e 1988; já o crescimento econômico no triênio 1984-86 - sobretudo o ano de 1986, em que se desindexou o sistema financeiro - foi acompanhado de uma política monetária incomparavelmente mais frouxa.

---

[1]Essa conclusão quanto à tendência de crescimento da produção animal, entre 1980 e 1988, deve ser vista com cautela, já que se acredita estar altamente subestimado o crescimento do abate bovino no Brasil.

[2]Essas conclusões baseiam-se na análise de índice agregado de rendimentos físicos construído para este trabalho. Note-se que a inclusão do café por um lado reforça a influência dos fatores climáticos, mas, por outro lado, distorce a análise do fenômeno em sua generalidade, já que no café esses fatores são mais específicos.

Gráfico 2


PROD. AGRICOLA VEGETAL E ANIMAL,1973-88
(Indices de Produto Real)
INDICES (1980=100)
140
130
120
110
100
90
80
70
60
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
Prod. Animal
Industria
Prod. Vegetal

Uma vez que variações no abate sejam, assim, acompanhadas por variações em sentido contrário no rebanho bovino, a conclusão anterior sobre o comportamento contracíclico do produto animal poderia até mesmo inverter-se, caso a medição desse produto levasse em conta - como deveria - a variação, em peso, do rebanho bovino. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem fazer esse cálculo alternativo do produto da pecuária bovina de corte.[3]

Em suma: pode-se concluir que o produto agrícola agregado, com a possível exceção do subsetor de produção animal, não apenas mantém, nos anos 80, sua trajetória anterior de crescimento, como, além disso, as flutuações de curto prazo desse produto, em torno de sua tendência de crescimento, mostram-se não correlacionadas com o ciclo geral da atividade econômica. Contra esse pano de fundo, a seção seguinte sugere uma perspectiva de análise da determinação do produto e do investimento agrícolas no ciclo econômico, que serve de base, em seguida, para uma discussão inicial do caso brasileiro.

III. AGRICULTURA NO CICLO ECONÔMICO

III.1 Aspectos Teóricos

A tarefa de analisar o fenômeno apontado acima - qual seja, o comportamento cíclico autônomo do produto (e, como se verá, também do investimento) agrícola vis-à-vis a evolução cíclica geral - fica facilitada por uma breve revisão de uma antiga literatura que procurou tratar um fenômeno aparentado, e que foi diagnosticado para várias situações históricas, notadamente para a Grande Depressão americana dos anos 30. Trata-se da menor variabilidade cíclica do produto agrícola vis-à-vis o produto industrial [Schultz (1945), Galbraith e Black (1938)].

Tomando-se então por base essa literatura, cabe notar, inicialmente, que enquanto os processos de produção industrial são rapidamente ajustáveis a uma

---

[3]Tentativas feitas nesse sentido por Vagner Ardeo, do INPES, resultaram infrutíferas; o problema é que o IBGE levanta apenas o **número de cabeças** do rebanho. Uma contribuição importante e pouco conhecida à análise desse e de outros problemas das estimativas do produto da pecuária de corte no Brasil encontra-se em Silva (1986).

eventual queda da demanda esperada, a produção agrícola, uma vez iniciado o ciclo produtivo, é praticamente irreversível, só podendo ser interrompida com custos elevados. Além disso, a perecibilidade torna muito cara a estocagem de produtos agrícolas de um ano para o outro, e essa estocagem é também arriscada do ponto de vista privado. Tudo isso torna nula a elasticidade-preço da oferta agrícola no curto prazo, o que, numa recessão, por exemplo (e, mutatis mutandis, numa retomada), implica reduções nos preços relativos dos produtos agrícolas, não obstante a maior queda da demanda por produtos industriais.

A existência de diferenças nas estruturas de mercado de produtos agrícolas e industriais contribui, também, para explicar esse comportamento da relação de trocas agricultura-indústria no ciclo econômico. Os preços industriais são freqüentemente determinados pela regra do mark-up, não se reduzindo ou aumentando face a contrações ou aumentos da demanda. No caso dos produtos agrícolas, a atomização do lado da oferta faz com que um produtor individual não consiga, através da variação de sua oferta, influenciar o preço de sua mercadoria. E a ironia está no fato de que, devido à baixa elasticidade-preço da demanda de alimentos, uma redução generalizada da oferta, por exemplo, aumentaria a receita total dos produtores.

Esse comportamento diferencial dos preços agrícolas e industriais no curto prazo é suficientemente conhecido na literatura [por exemplo, Hicks (1974), Kaldor (1976), Kalecki (1971)], e também atraiu interesse no Brasil [ver, sobretudo, Sayad (1982a)]. Mais interessante para nossos propósitos, contudo - embora escassamente discutido na literatura de nossos dias -, é saber o que se passa com a relação de trocas da agricultura no médio prazo, ou seja, quando se admite a possibilidade de reação da produção à variação de preços relativos. Naturalmente, tudo depende da elasticidade-preço da oferta agrícola no médio prazo. Assim, se a oferta agrícola, mesmo com o tempo necessário para se ajustar, for pouco sensível à queda (ao aumento) inicial de preços, a relação de trocas permanecerá, durante todo o período recessivo (de retomada), em nível inferior (superior) àquele vigente antes da recessão (da retomada).

Essa é, naturalmente, uma questão empírica. Levando-se em conta a evidência a respeito, formulou-se, nessa antiga literatura [Schultz (1945), Hansen (1932), Harrod (1936:32-35), Galbraith e Black (1938), Kirk (1933),

Johnson (1950)], a hipótese de que a elasticidade-preço da oferta agrícola agregada, no contexto sob discussão, seja de fato baixa. Isso se deveria, essencialmente, aos seguintes fatos: 1) flexibilidade dos preços dos fatores primários (terra e mão-de-obra); e 2) tendência à utilização plena, nas fases recessivas, do estoque de capital existente na agricultura.

Quanto à flexibilidade de preços dos fatores primários, cabe, em primeiro lugar, apontar o que se passa com o custo da mão-de-obra: este é dado pela renda alternativa que a força de trabalho agrícola - preponderantemente formada pela mão-de-obra familiar, em franco contraste com a indústria, onde prevalece a mão-de-obra assalariada - pode obter fora da agricultura, a essa renda alternativa (ou custo de oportunidade) cai de forma dramática, na recessão (especialmente ao se levar em conta a menor probabilidade de obtenção de um emprego urbano), e aumenta na retomada.

Neste particular, é interessante considerar o caso de um setor agrícola (como o brasileiro) em que esse tipo de produção, baseado na mão-de-obra familiar, coexiste com a produção capitalista, que opera à base de mão-de-obra assalariada. É provável que, numa recessão (ou num período de menor crescimento econômico), a produção familiar aumente de importância dentro da agricultura, por dois motivos. Em primeiro lugar, o salário urbano - e, com ele, o rural, pelo menos para algumas categorias - tende a cair menos do que o "salário" (auto-imputado) da mão-de-obra familiar. Em segundo, mesmo que tal não aconteça, a produção familiar pode tornar-se mais competitiva do que a capitalista: isso se deve ao fato de a mão-de-obra não gerar risco na exploração familiar, uma vez que a sua remuneração é um item residual de renda, em contraste com o que se passa na capitalista, em que a remuneração da mão-de-obra é um custo contratual.

Em segundo lugar, o valor da renda da terra, quando se considera a agricultura em seu conjunto, é determinado, também, de forma residual;[4] em outras palavras, a terra não onera a produção agrícola. Isso decorre da circunstância de a terra agrícola não ter uso alternativo fora da agricultura, o que implica que toda a terra disponível será utilizada, contanto que gere

---

[4]Isso vale no curto como no longo prazo, como ensinou Ricardo.

uma renda positiva, por menor que seja. Isso é obviamente muito relevante para explicar o comportamento da produção agrícola numa recessão e numa retomada, uma vez que o "custo" da terra, a exemplo do da mão-de-obra, acompanha, na queda e na alta, os preços dos produtos agrícolas.[5]

A tendência à utilização plena, no curto prazo, do estoque de capital existente no setor agrícola decorre do fato de cada agricultor operar numa estrutura de mercado competitivo, já que, nesse caso, interessa ao agricultor continuar operando mesmo que a receita cubra apenas parte do custo fixo. Isso deve ser visto em contraste com o que se passa na indústria: nesse último setor, em que prevalecem estruturas oligopolistas de mercado, as firmas determinam os seus preços de modo a cobrir custos plenos (além de margens desejadas de lucro); por isso, flutuações de demanda agregada traduzem-se, num primeiro momento, em variações indesejadas de estoques e, num segundo momento, em variações planejadas na taxa de utilização da capacidade produtiva.

Naturalmente, a demanda de novos bens de capital - o investimento agrícola - se comporta, em princípio, em razão direta com o ciclo. O mesmo acontece com os insumos correntes usados na produção agrícola - sobretudo aqueles fornecidos pela indústria, como os fertilizantes -, uma vez que representam custos variáveis e, também, na medida em que seus preços variarem, no mesmo sentido do ciclo, em relação aos dos produtos agrícolas e dos fatores de produção primários, terra e mão-de-obra.

É claro que, nas condições aqui analisadas, as flutuações cíclicas do investimento agrícola, mesmo que de grande amplitude, pouco afetam o nível corrente do produto agrícola. Este último pode, contudo, ser afetado pela variação cíclica no uso dos insumos; numa recessão, por exemplo, a menor aplicação de fertilizantes faz cair os rendimentos físicos. É possível, contudo, que, devido à substituibilidade de fatores na agricultura, variações cíclicas no uso da mão-de-obra mais do que compensem as variações de produtividade, de tal modo que o nível do produto agrícola permaneça inalterado quando se consideram, apenas, as flutuações cíclicas da economia.

---

[5] O preço de aquisição da terra, sendo o valor capitalizado da renda futura, pode não cair, se a queda da renda da terra for percebida como transitória e, portanto, não afetar as expectativas sobre o seu curso futuro.

De qualquer maneira, esta é uma questão empírica.

Deve-se notar, por outro lado, que a operação dessas forças estabilizadoras do nível de produção agrícola, ao longo do ciclo econômico, sofre o condicionamento, em qualquer situação concreta, da ocorrência ou não de problemas de liquidez na agricultura, nas épocas de crise. Com efeito, o custo fixo inclui o juro de dívidas passadas, havendo, também, a amortização destas. Para o agricultor endividado pode colocar-se um problema financeiro, na medida em que a queda da receita líquida ultrapassar determinado limite. Aliado a isso, a recessão - como aconteceu no Brasil, entre 1981 e 1983 -, pode ela mesma ter sido induzida por políticas monetária e creditícia restritivas. É óbvio que uma crise de liquidez, ao restringir a tomada de decisão do agricultor, pode afetar negativamente o nível de atividade agrícola. Na discussão do caso brasileiro, esse aspecto merece atenção especial.

Finalmente, e indo além dos aspectos focalizados por essa literatura, cabe ainda chamar a atenção para duas outras circunstâncias, que se mostrarão muito importantes na análise do caso do Brasil. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que os preços domésticos dos produtos exportáveis são menos afetados pelas flutuações cíclicas domésticas; em princípio, eles podem até mesmo comportar-se em sentido inverso ao do ciclo econômico, por influência de variação dos preços internacionais das commodities agrícolas ou da taxa de câmbio. Em segundo lugar, os preços domésticos dos insumos agrícolas de origem industrial, como também os custos de transporte, são muito influenciados pelo preço internacional do petróleo, e por isso também podem variar de forma autônoma vis-à-vis o ciclo econômico doméstico. O fato de a agricultura ser, assim, mais exposta a choques exógenos - que se traduzem em variações autônomas em sua rentabilidade - do que a indústria constitui uma razão adicional para se esperar uma evolução cíclica peculiar do seu produto (como também e principalmente do seu investimento) vis-à-vis o ciclo econômico geral.

III.2 A Produção e o Investimento Agrícolas no Ciclo Recente da Economia Brasileira

Cabe focalizar, agora, o caso brasileiro, à luz da perspectiva analítica

anterior. Esta seção reúne algumas evidências empíricas pertinentes às hipóteses apresentadas e aos aspectos considerados cruciais para a análise do comportamento do produto e do investimento agrícolas no ciclo recente da economia brasileira.

III.2.1 Comportamento dos Preços dos Produtos Agrícolas e dos Fatores de Produção Primários

A Tabela 1 mostra que, por padrões históricos, os preços agrícolas mantiveram-se baixos na década de 80, com a exceção maior do ano de 1984, sobretudo para os exportáveis. Também é digna de nota a queda de preços ocorrida no biênio 1987/88, um fenômeno a ser discutido depois. Uma vez que o crescimento agrícola foi mais do que satisfatório, na presente década, isso é uma indicação segura de que outros fatos, atuando de maneira compensatória, também ocorreram nesse período. Alguns desses fatos - sobretudo relacionados a custos de fatores - serão identificados nesta seção, mas outros terão de esperar seções posteriores.

TABELA 1

ÍNDICES DE PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES NO BRASIL, 1973/88

(1980=100)

Anos	Produtos de Mercado Interno		Lavouras de Exportação	
	Lavouras	Produtos Animais	Sem Café	Com Café
1973	99	109	98	80
1974	101	122	89	73
1975	112	112	79	67
1976	117	98	76	80
1977	99	100	116	109
1978	105	108	91	81
1979	105	124	89	80
1980	100	100	100	100
1981	109	94	68	56
1982	85	82	66	55
1983	85	80	64	52
1984	95	92	101	79
1985	86	82	72	63
1986	91	94	68	78
1987	58	85	51	42
1988	57	62	61	48

Nota: Índices calculados com base nos índices mensais de preços de produtor da FGV, deflacionados pelo IGP-DI, todos com base 1977-100. Ponderação utilizada: participação no valor da produção em 1980. Os índices dos produtos individuais são médias simples anuais, para batata inglesa, feijão, mandioca, e todos os produtos animais, e médias dos meses de safra, para os demais produtos. "Lavouras de mercado interno" incluem: arroz, batata inglesa, feijão, mandioca; "produtos animais" são boi gordo, suíno, frango, leite e ovos; "lavouras de exportação" incluem algodão, cacau, laranja, soja e café.

Tendo isso em mente, a Tabela 2 permite a análise do comportamento dos aluguéis de terra e dos salários rurais: os preços da terra também são incluídos nessa tabela.

Quanto aos valores de arrendamento de terras, observa-se uma diferença de comportamento entre os subsetores de lavouras e de pecuária. O valor de aluguel de pastagens cai continuamente entre 1980 e 1984, recupera-se em 1985 e dispara em 1986, caindo abruptamente, de novo, em 1987 e 1988. Enquanto isso, o de terra de lavouras mantém-se elevado em 1981 e 1982, cai em 1983, recupera-se em 1984 e 1985, disparando, também, em 1986 para, a exemplo do que

aconteceu com o aluguel de terras de pastagens, cair em 1987. Contudo, em 1988 o valor de aluguel de terras de lavouras volta a crescer, ao contrário do que ocorreu com o de pastagens.

A estreita conexão existente entre variações nos valores de aluguel de terra, de um lado, e na taxa de rentabilidade esperada na agricultura, de outro, torna maior o conteúdo informativo dessa evidência empírica. Ela sugere ou confirma, entre outras coisas, que: 1) a pecuária foi mais afetada pela recessão do período 1981/83; 2) tanto a pecuária quanto a produção vegetal retomaram o seu crescimento em 1984 e 1985; 3) o Plano Cruzado causou um verdadeiro boom agrícola; e 4) no ano de 1987 a rentabilidade esperada foi muito baixa.

Os preços de terra, por sua vez, exibem um padrão de variação cíclica de mesmo sentido que o dos aluguéis de terra, porém muito mais pronunciado. Uma vez que, como já se apontou na seção anterior, variações de curto prazo nos aluguéis não necessariamente afetam os preços de terra - a menos que expectativas sobre o futuro sejam altamente correlacionadas com aluguéis correntes, o que não é uma hipótese razoável -, isso indica não apenas a força da influência de condições externas ao setor agrícola, mas também que essas condições guardam estreita relação com o ciclo econômico. Esta evolução do preço da terra, e bem assim seu significado para a análise do comportamento do setor agrícola nesta década, será um tema recorrente neste trabalho.

TABELA 2

ÍNDICES DE SALÁRIOS RURAIS E DE ALUGUÉIS E PREÇOS DE TERRAS NO BRASIL, 1980/88

(1980=100)

Ano	Salários Rurais		Aluguéis de Terra		Preços de Terra
	Mensalista	Diarista	Lavouras	Pastagens	
1980	100	100	100	100	100
1981	106	112	113	90	106
1982	107	93	110	87	96
1983	96	89	96	85	77
1984	94	83	101	83	86
1985	108	97	105	91	105
1986	126	143	131	138	206
1987	88	96	86	95	105
1988	89	75	103	67	62

NOTA: Médias simples anuais dos índices dos valores reais relativos a junho e dezembro. (Dados básicos da FGV). Os salários rurais foram deflacionados pelo INPC e os valores de alugel e de venda de terras, pelo IGP-DI. A informação para 1988 refere-se a junho.

Quanto à evolução dos salários rurais, o fenômeno mais interessante, retratado na Tabela 2, é a diferença de comportamento entre os salários do diarista e do mensalista. Geralmente, o salário do diarista cai mais nos períodos recessivos e tem um aumento maior nas fases de crescimento. Assim, entre 1980 e 1984 o salário do mensalista caiu 5% e o do diarista, 15%; entre 1984 e 1986, aquele subiu 34%, mas este alcançou 72%; e entre 1986 e 1988, o salário mensal caiu 29%, mas a diária decresceu 48%. A explicação para esse fato reside na profunda diferença entre os dois tipos de contratação de mão-de-obra. O mensalista é um trabalhador que mantém um contrato de trabalho com o empregador, e tem seu salário regulado pelo salário-mínimo e pela política de indexação salarial. Já o diarista presta um "serviço", cujo preço, continuamente "recontratado", reflete, em grau muito maior do que o salário do mensalista, o nível da taxa de desemprego na economia.

Pode-se concluir que o custo da mão-de-obra assalariada mostrou-se flexível no ciclo econômico recente - sobretudo o custo da mão-de-obra eventual, cuja incidência é reconhecidamente importante na agricultura - e manteve tendência de queda nos anos 80, à exceção do triênio 1984-86. Quanto à mão-de-obra familiar, uma evidência indireta da grande influência do mercado de trabalho urbano sobre a sua oferta é a grande expansão - revertendo um

fenômeno oposto, nos anos 70 - da pequena agricultura entre 1980 e 1985, certamente como reflexo da recessão que durou de 1981 a início de 1984. No mesmo período, diminuiu o ritmo de absorção de mão-de-obra nas médias e grandes explorações agropecuárias, relativamente ao observado na década passada.[6]

Há toda razão para se esperar que essa expansão da pequena agricultura tenha prosseguido após 1985, mas teremos de esperar pelo Censo Agropecuário de 1990; a outra fonte de informações (anuais) sobre mão-de-obra no Brasil - a PNAD - não é comparável com o censo, e há dúvida sobre a sua qualidade para o meio rural (devido a deficiências da amostra e aos objetivos mesmos da pesquisa).[7]

Conquanto a menor atratividade do mercado de trabalho urbano tenha um peso decisivo na explicação dessa maior presença da mão-de-obra familiar (junto com a pequena agricultura) de 1980 em diante, deve-se notar, contudo, que os fatores de "expulsão" também atuaram com menor força nesse período, como sugerido em Rezende (1988a). O preço da terra, por exemplo, que tinha-se elevado substancialmente na década de 70 - com consequências arrasadoras sobre a permanência de pequenos produtores (proprietários ou não) na agricultura -, mostrou-se, como se viu, altamente variável após 1980, reflexo da instabilidade macroeconômica sobretudo na área do mercado financeiro.

Independentemente do peso relativo das forças de "atração" urbana e de "expulsão" rural, contudo, não resta dúvida de que é necessária uma revisão drástica das análises que atribuíram somente aos fatores de "expulsão", e, mais especificamente, à "modernização tecnológica" a perda de importância da pequena produção agrícola nos anos 70. Esse tipo de abordagem, além de ignorar a relevância das alternativas abertas, na economia, ao trabalho familiar agrícola, exagera o peso, dentre os fatores de "expulsão", da modernização

---

[6]Ver Rezende (1988a), onde se alerta, contudo, para um possível viés para baixo nos dados de "pessoal ocupado" do Censo Agropecuário de 1985, uma vez que, em 1985, no mês de dezembro (mês de referência do Censo), a seca estava em seu auge. Esse viés seria, naturalmente, maior para as categorias censitárias de "empregados", sobretudo os "temporários". Quando nada, portanto, a expansão da pequena agricultura foi maior do que aquela apontada pelo Censo.

[7]Para uma análise dos dados da PNAD, sem a preocupação, contudo, de questionar sua adequabilidade, ver Aguirre (1989).

tecnológica em si mesma, em detrimento de todo um contexto de política setorial e macroeconômica que, através de sua influência sobre o mercado de terras e sobre a rentabilidade relativa das diferentes atividades agrícolas, exerce uma influência muito mais importante na maior ou menor participação da agricultura de base familiar no processo de crescimento agrícola. Menção deve ser feita, a este respeito, à análise de Binswanger e Elgin (1989), que atribui precisamente a políticas setoriais específicas e ao ambiente macroeconômico - sobretudo por seu impacto sobre o preço da terra - boa parte das dificuldades dessa forma de produção de competir com a produção em larga escala, à base de mão-de-obra assalariada, já que características tecnológicas da agricultura e diferenças de incentivos à mão-de-obra favoreceriam a agricultura familiar - como aliás, comprova a experiência histórica dos países capitalistas desenvolvidos. Essa visão do problema da estrutura agrária não é, evidentemente, nova no Brasil [ver, por exemplo, Nakano (1981)]; mas merece ser retomada, sobretudo em função da volta das discussões sobre a questão da reforma agrária no Brasil. [Ver também, nesse sentido, Romeiro (1989)].

III.2.2 A Demanda de Insumos Agrícolas Correntes de Origem Industrial e o Curso do Investimento Agrícola

A análise da evolução, na corrente década, do consumo aparente de insumos agrícolas de origem industrial revela o padrão cíclico próprio do investimento agrícola e permite, ainda, perceber mais claramente a contribuição, para esse resultado, do alto grau de exogeneidade (em relação ao ciclo geral) da variação dos preços dos produtos e dos insumos agrícolas.

De acordo com a Tabela 3, pode-se identificar cinco diferentes conjunturas após 1980: 1) os anos de recessão (1981-83), de forte queda no uso de insumos; 2) a recuperação espetacular em 1984; 3) estabilidade entre 1984 e 1985; 4) outra elevação substancial em 1986; e 5) manutenção aparente, em 1987 e 1988, dos patamares atingidos em 1986.

Uma elevação expressiva dos preços de insumos em termos dos produtos agrícolas foi apontada em Rezende (1988a) como o principal fator por trás da queda no uso dos insumos verificada no período 1981-83. Tanto os preços reais dos insumos aumentaram - por efeito do segundo choque do petróleo, no biênio 1979-80 -, como os dos produtos agrícolas caíram (ver Tabela 1). Isso agravou a queda do consumo que ocorreria meramente por conta dos fatores cíclicos.

Uma reversão abrupta dessas relações de preços, fruto principalmente da elevação violenta dos preços agrícolas em 1983 - exatamente no auge da recessão -, com a manutenção, em 1984, dos novos patamares de preços, explica a retomada espetacular do investimento agrícola em 1984, a qual contribuiu, decisivamente, para a retomada do crescimento econômico no segundo semestre de 1984. Os preços recebidos pelos agricultores foram altos em 1984 pelos seguintes motivos: a) desvalorização cambial de 30% em fevereiro de 1983; b) alta de preços externos; c) quebra de safra de 1983; d) auge da crise cambial, que impediu a regularização do abastecimento doméstico mediante maiores importações e/ou restrições às exportações; e e) a melhoria decidida pelo governo, em 1984, dos preços mínimos a vigorar em 1985.

É interessante notar que o boom de investimento agrícola no biênio 1983-84 ocorreu exatamente quando o racionamento do crédito rural foi máximo. Por outro lado, a queda observada no uso de insumos de 1981 a 1983 não pode ser atribuída à restrição de crédito rural, simplesmente porque o volume de crédito de custeio - que responde pela aquisição de insumos correntes, como fertilizantes - atingiu, junto com a taxa de subsídio, níveis recordes de 1979 a 1982. [Os dados de crédito são apresentados em Rezende (1988b).] É claro, portanto, que as variações no consumo aparente de insumos agrícolas no período 1980-84 foram em larga medida independentes das mudanças da política de crédito rural; em vez disso, elas refletiram sobretudo a operação de choques exógenos de preços, desfavoráveis à agricultura até 1983 e favoráveis depois. Essa independência do desempenho do investimento agrícola nos anos 80, vis-à-vis as mudanças na área do crédito rural, vai ser apontada neste trabalho também para as outras conjunturas, e é uma das lições mais importantes da década para as dicussões de Economia Agrícola.

TABELA 3

BRASIL: CONSUMO APARENTE DE INSUMOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS, 1975/1988

(1975=100)

Ano	Defensivos	Fertilizantes	Tratores de Roda
1975	100	100	100
1976	90	128	110
1977	113	162	84
1978	121	163	72
1979	127	180	85
1980	143	212	88
1981	111	139	49
1982	84	137	43
1983	74	122	39
1984	103	185	72
1985	93	171	71
1986	124	210	80
1987	116	222	69
1988	n.d.	202	53

Fonte: Fertilizantes e defensivos: Anuário Estatístico do IBGE, complementado por outras fontes para 1988; Tratores: ANFAVEA.

Os níveis de investimento agrícola de 1984 mantiveram-se em 1985 e simplesmente explodiram em 1986. Como consequência disso, no final de 1986 as compras, pela agricultura, de insumos correntes e de máquinas e equipamentos retomaram os níveis pré-recessão (de 1979, ou, mesmo, dos níveis recordes de 1980).

A explicação do ocorrido em 1986 terá de esperar a próxima seção. Já com relação à relativa sustentação, em 1987 e 1988, dos níveis de uso de insumos de 1986, trata-se de fato que se choca, aparentemente, com a queda dos preços agrícolas após 1986 (ver Tabela 1) e com a reindexação do crédito rural em 1987, sem falar na progressiva deterioração da conjuntura macroeconômica. O paradoxo se esclarece quando se leva em conta a queda substancial dos preços dos insumos agrícolas entre 1985 e 1988 (ver Tabela 4), reflexo da derrocada do preço internacional do petróleo e, em menor medida, do achatamento das tarifas públicas, fruto da política antiinflacionária. Note-se que essa queda do preço do petróleo beneficiou a agricultura - especialmente as regiões mais distantes dos mercados consumidores - também pela redução dos custos de transporte. Evidencia-se assim, mais uma vez, como o comportamento autônomo do investimento agrícola no ciclo econômico recente reflete a atuação de variáveis igualmente exógenas à economia.

TABELA 4

ÍNDICE REAIS DE PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES, 1977/88

ANOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		FERTILIZANTES			COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			DEFENSIVOS		ÍNDICE GERAL DE PREÇOS PAGOS P/ AGRICULTORES
	ÍNDICE DO IEA	ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (FGV)	ÍNDICE DO IEA	ÍNDICE DA CFP	ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (FGV)	ÍNDICE DO IEA	ÍNDICE DA CFP	ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (FGV)	ÍNDICE DO IEA	ÍNDICE DA CFP	
1977	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1978	101	103	95	95	94	102	102	96	101	101	96
1979	101	94	99	99	99	107	107	104	98	98	97
1980	99	83	129	129	121	120	120	135	116	116	108
1981	106	107	118	118	115	125	125	142	108	108	112
1982	110	117	103	103	112	121	121	134	103	103	102
1983	98	104	102	102	105	127	127	148	108	110	99
1984	108	96	112	111	111	119	119	148	114	114	100
1985	117	93	107	107	109	106	106	129	110	110	93
1986	106	83	83	85	82	89	85	111	97	99	92
1987	122	93	77	86	64	91	78	121	54	85	82
1988	128	125	75	77	60	79	71	101	43	79	73

NOTAS: 1) O "Índice do IEA" se refere aos índices publicados pela Secretaria de Agricultura de São Paulo; o "Índice da CFP" é o índice do IEA até junho de 1986 e o índice da CFP daí em diante. A última coluna é a média dos índices estaduais da FGV até junho de 1986 e o índice da CFP daí em diante.

2) Todos os índices foram deflacionados pelo IGP-DI.

Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPEA/IPLAN
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO
SEPLAN

III.2.3 O Lado Financeiro e a Questão da Reforma do Crédito Rural

Apontou-se antes que dificuldades financeiras, eventualmente presentes nas fases recessivas do ciclo econômico, podem neutralizar a atuação dos mecanismos econômicos de estabilização do produto agrícola, analisados anteriormente.

A necessidade de estudar o que de fato ocorreu na agricultura brasileira, sob esse aspecto, é ainda maior porque levou-se a cabo, precisamente nesta década, uma reforma na política de crédito rural, que culminou, no biênio 1983/84, na instituição da correção monetária plena nos empréstimos rurais.

De fato, o receio de que essa reforma, ao coincidir com um quadro recessivo, pudesse gerar uma crise de liquidez na agricultura, foi externado, na época, por vários autores.[8] Procurou-se alertar para o perigo de se proceder a essa reforma numa conjuntura de queda de renda agrícola e de liquidez apertada no conjunto da economia - ingredientes que, juntos, poderiam produzir um choque agrícola adverso, com suas seqüelas conhecidas sobre a inflação e o balanço de pagamentos. Em retrospecto, contudo, pode-se dizer que o desempenho da agricultura, no conjunto do período, não foi prejudicado por problemas financeiros.

Para entender como isso foi possível, é necessário ter presente uma série de circunstâncias que cercaram a atividade agrícola nesse período. Antes de mais nada, o governo manteve a oferta de crédito de custeio, assim como a taxa de subsídio implícito, em níveis recordes nos anos iniciais da crise (1981 e 1982), e isso após ter feito o mesmo nos dois anos anteriores (1979 e 1980). Além disso, a agricultura, nesse período, contou com um grande reforço da política de preços mínimos - um fato que, como será argumentado na próxima seção, serviu para amortecer a queda de renda agrícola que naturalmente ocorreria em função de menor renda per-capita, altas taxas de juros reais na

---

[8] O principal deles foi Sayad (1984:93-125), que, ironicamente, tinha sido, anteriormente, o principal crítico da política de crédito subsidiado [ver, por exemplo, Sayad (1984:3-99)]. Baseado numa análise bastante interessante, Sayad retomou o tema e sugeriu que a cobrança de juros reais positivos nos empréstimos rurais poderia afetar negativamente o nível de produção agrícola, especialmente num contexto macroeconômico de liquidez apertada.

economia e, como se isso não bastasse, queda de preços internacionais das commodities agrícolas.

A oferta abundante de crédito de custeio durou somente até 1982, pois entre esse ano e 1984 o respectivo volume caiu 50%, enquanto o de investimento tinha se reduzido, em 1984, a apenas 25% do que era em 1980. Uma vez que essa restrição creditícia coincidiu, em 1983, com quebra de safra no Centro-Sul, seca no Nordeste e a fase mais aguda da recessão, todas as condições estavam criadas para detonar uma crise de liquidez na agricultura, com consequências adversas sobre o ano agrícola 83/84 e seguintes.

Entretanto, essa crise financeira não ocorreu. A safra e a renda agrícolas em 1984 foram elevadas, e já vimos que o setor agrícola atravessou, no ano agrícola 1984/85, uma fase de euforia, tendo mesmo contribuído para a retomada do crescimento industrial no segundo semestre de 1984. A hipótese mais provável para explicar isso é que os agricultores, como resultado de três anos sucessivos de boas safras e de boa renda agrícola (1980, 1981 e 1982), e também de farto crédito subsidiado de curto prazo, estavam suficientemente capitalizados na forma de ativos líquidos. Por isso, puderam não apenas enfrentar a queda de renda em 1983 mas também retomar os investimentos agrícolas interrompidos até então. Estudo recente confirma essa hipótese, mostrando que os agricultores expandiram substancialmente seus investimentos nesse período, inclusive com base em auto-financiamento.[9]

Esse quadro agrícola satisfatório foi alterado radicalmente, contudo, pela longa estiagem ocorrida no final de 1985, e que foi responsável pela quebra de safra de 1986. Pode-se acreditar que, vindos de um período de transformação de seus ativos líquidos em bens de capital na agricultura, os agricultores enfrentariam dificuldades financeiras graves em 1986, com provável queda não só do nível de investimento mas também do de atividade. A entrada em cena do Plano Cruzado, entretanto, facilitou o ajustamento financeiro dos agricultores e deu origem a uma nova expansão dos investimentos agrícolas em 1986, fatos esses que serão objeto de análise na próxima seção.

Quanto à grave crise financeira de 1987 - produto da derrocada dos preços agrícolas, da elevação inesperada das taxas de juros dentro e fora do

---

[9] Ver Liebhardt (1988).

sistema de crédito rural e também, como se verá na próxima seção, da derrocada dos preços da terra -, as anistias creditícias promovidas pelo Governo foram a solução, como se sabe. Mais interessante para nossos propósitos aqui, contudo, é chamar a atenção para o fato de que a reindexação dos empréstimos rurais no segundo semestre de 1987, e que prevaleceu também no ano agrícola 1988-89, tampouco teve o temido impacto adverso sobre a produção ou mesmo sobre o investimento agrícola. Como se verá depois, isso teve que ver com decisões compensatórias da política econômica, na área de preços agrícolas, e também com a queda dos preços dos insumos agrícolas derivados do petróleo e com a redução dos fretes.

Assim, em suma, não ocorreram crises de liquidez na agricultura - à exceção de 1987, mas mesmo assim sem sequelas futuras, graças à ação do Governo - porque: 1) até 1982, a renda agrícola foi protegida via preços mínimos e crédito subsidiado; 2) no biênio 1983-84 o aumento da rentabilidade agrícola esperada neutralizou completamente o arrocho creditício oficial ao setor; 3) o Plano Cruzado, por razões a serem expostas na próxima seção, fez mudar da água para o vinho a situação financeira dos agricultores, que se afigurava crítica no início de 1986; e 4) nos anos agrícolas 1987-88 e 1988-89, em que de novo se praticou uma política de taxas de juros reais positivas no sistema de crédito rural, o excepcional desempenho da produção agrícola é prova de que não houve qualquer restrição de cunho financeiro - o que, provavelmente, se explica por níveis adequados de rentabilidade agrícola, por razões que serão melhor apreciadas na próxima seção.

Cabe reter, da análise dessa experiência dos anos 80, a importante lição de que incentivos de rentabilidade agrícola - incluindo-se, aqui, redução dos fatores de risco, como é o caso da política de preços mínimos - tornam possível o financiamento agrícola a taxas de juros reais positivas, dentro ou fora do sistema oficial de crédito rural. Ou seja, de que a política de crédito rural subsidiado, não sendo - como já se sabia - uma condição <u>suficiente</u>, tampouco é uma condição <u>necessária</u> para o crescimento da agricultura.

Somando-se a isso, não resta dúvida de que foram benéficas as implicações sociais da reforma do crédito rural, um tema desenvolvido em Rezende (1988b: 93-97), com a seguinte conclusão:

"Sintetizando o que foi dito (...): seja por (1) contribuir para um

menor acesso ao crédito por parte da pequena agricultura; (2) alimentar o processo de valorização da terra; ou ainda, (3) desestimular a absorção de mão-de-obra em condições contratuais mais satisfatórias; a política de crédito subsidiado certamente teve efeitos perversos do ponto de vista distributivo. É natural esperar, portanto, que a retirada do subsídio ao crédito rural, nos anos 80, esteja contribuindo para uma maior democratização das oportunidades no meio rural. Esse é evidentemente um resultado positivo, e que aparentemente está sendo obtido sem um custo para a sociedade em termos de sacrifício da produção agrícola (...)."

IV. CRISE EXTERNA, POLÍTICA ECONÔMICA E AGRICULTURA

A seção anterior fez menção à atuação da política econômica que, entre outras coisas, preservou o setor agrícola da restrição creditícia geral no biênio 1981/82 e contribuiu para a elevação de preços agrícolas no biênio 1983/84, através de desvalorização cambial acompanhada de aumento dos preços mínimos. Esta seção mostra como a política econômica, nas várias fases recentes da economia brasileira, afetou o desempenho do setor agrícola.

IV.1 A Prioridade Agrícola de 1979/82

O agravamento das contas externas no biênio 1979/80 coincidiu com um quadro doméstico de crise de abastecimento de produtos agrícolas, que teve origem nas quebras de safra de 1978 e 1979. Isso levou o Governo, já em 1979, a instituir uma prioridade agrícola, que se materializou, em primeiro lugar, através de expansão do crédito de custeio a taxas de juros reais muito negativas. E, em segundo lugar, através de uma reforma da política de preços mínimos, a qual completou-se em 1981, com a instituição dos "preços-base", anunciados antes do plantio e indexados até o início da colheita.

A prioridade agrícola foi mantida mesmo quando a política econômica passa de expansiva a contracionista entre 1980 e 1981. Embora a concessão de prioridade à agricultura - como, ademais, aos setores energético e exportador - também visasse à melhoria do balanço de pagamentos, ela tinha por objetivo principal a regularização do abastecimento interno através do aumento da produção interna, uma vez que a alternativa de aumentar as importações e/ou reduzir as exportações agrícolas estava fora de cogitação.

Essa regularização do abastecimento interno era vista como um

instrumento básico no controle inflacionário; a este respeito, a experiência do ano de 1981 - em que houve uma queda da taxa de inflação, graças à contribuição da agricultura - parecia confirmar, aos olhos do Governo, o acerto de sua estratégia. Por outro lado, a política de taxas de juros elevadas, que prevaleceu nesse período - e que visava a promover o ajuste recessivo e estimular a tomada de empréstimos externos para o financiamento do déficit do balanço de pagamentos -, levaria com toda a certeza, na falta de uma política compensatória de preços mínimos, à derrubada dos preços agrícolas - especialmente os dos produtos de mercado interno - e, com ela, um possível retorno futuro da escassez de oferta agrícola.

A própria forma específica, aliás, que assumiu a política de preços mínimos, na primeira metade da década, revela a preocupação do Governo com o problema do abastecimento interno e com a inflação: houve uma clara preferência pelas aquisições diretas (AGF), em vez do mero financiamento da comercialização privada (EGF). Os estoques públicos assim formados - inclusive com a contribuição importante das regiões de fronteira, que recebiam os mesmos preços mínimos das regiões próximas dos centros de consumo - eram livremente utilizados no controle de preços na entressafra. É verdade que isso inviabilizou a estocagem privada dentro do ano e tornou muito cara, para o Governo, a política de defesa de renda agrícola. [Sobre isso ver Rezende (1988a) e Lopes (1988)]. Não se pode, contudo, deixar de reconhecer que essa política foi efetiva na consecução de seus próprios objetivos; nem, tampouco, deixar de contrapô-la à estratégia adotada nos anos 70, em que a mesma preocupação com o abastecimento interno e com a inflação não era acompanhada de estímulos à produção agrícola interna; em vez disso, tabelamentos e importações - eventuais ou sistemáticas (caso do trigo), internalizadas com pesados subsídios -, além de livre recurso a restrições às exportações agrícolas, deram a tônica da ação do Governo.[10] Evidentemente, por trás dessa política anterior de abastecimento interno/controle inflacionário - e do consequente desempenho insatisfatório da produção agrícola de mercado interno - estava a facilidade de financiamento de déficits do balanço de pagamentos.

Poder-se-ia talvez argumentar que essa maior proteção à agricultura de

---

[10]Uma análise recente dessa política de abastecimento encontra-se em Maimon (1989).

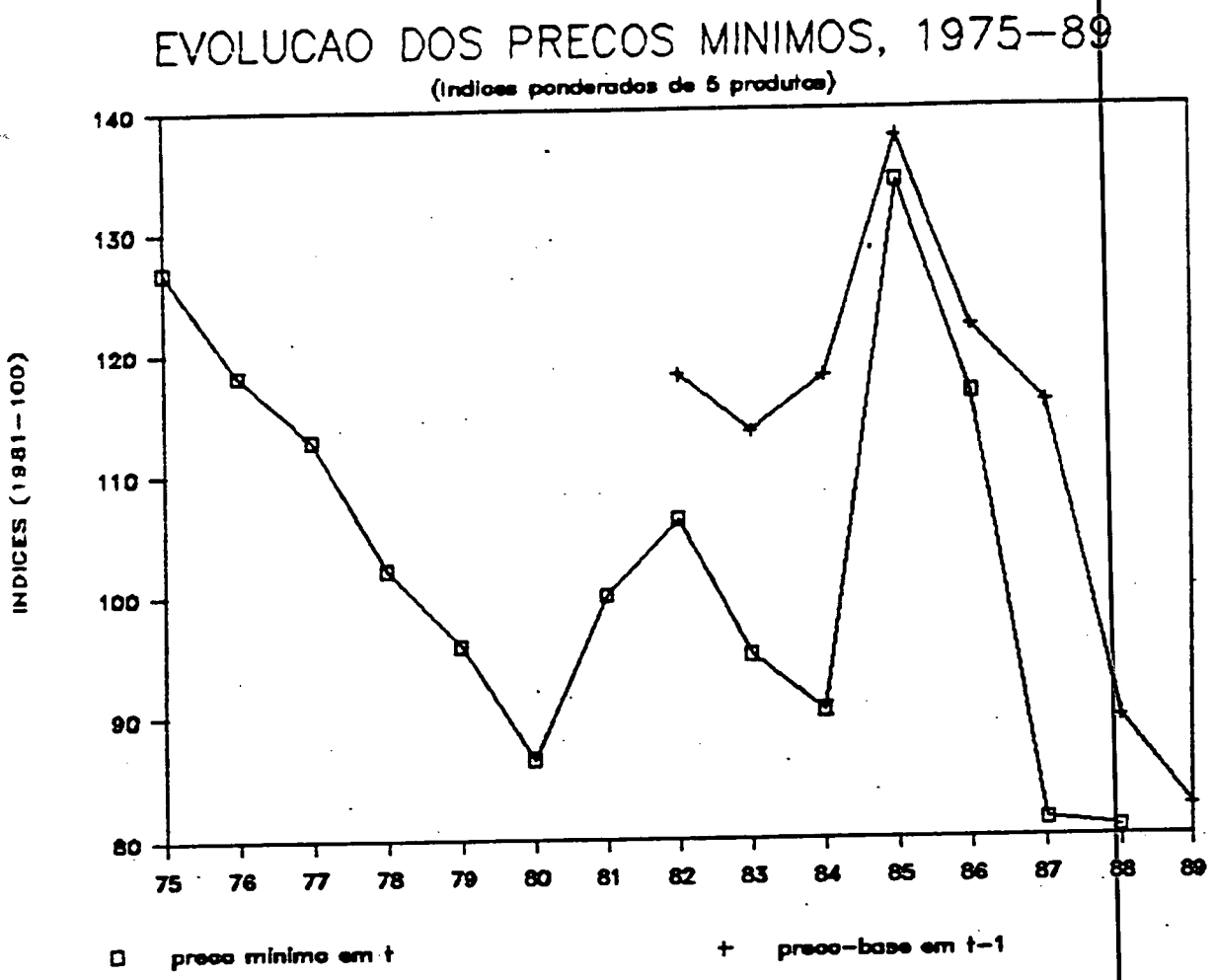
mercado interno, através da política de preços mínimos, é contraditada pela queda dos preços recebidos pelos agricultores, apresentada na Tabela 1. Essa evidência, contudo, não é suficiente, por duas razões. A primeira é que houve uma melhoria nos níveis de produção de 1980 em diante, de tal modo que a queda de preços é consistente com evolução mais favorável da receita bruta. A segunda, e mais importante, é que a política de preços mínimos significou uma redução de riscos na agricultura; por isso, menores preços recebidos a posteriori não são, necessariamente, evidência de menores incentivos agrícolas: o contrário pode muito bem ter ocorrido, como, aliás, sugere o próprio desempenho do setor.

IV.2 A Crise Cambial de 1982-83 e o Boom Agrícola de 1984

A eclosão da crise cambial, em seguida à moratória mexicana de setembro de 1982, levou a uma mudança na relação da política econômica com o setor agrícola. Como decorrência do severo ajuste fiscal procedido em 1983, e do maior aperto monetário, contraiu-se a oferta de crédito de custeio em 1983 e implantou-se, em fins de 1983 (para vigorar nos empréstimos concedidos em 1984), a correção monetária no crédito rural. Paralelamente, o Governo fez a maxidesvalorização cambial de 30%, em fevereiro de 1983, e promoveu, ainda nesse ano, uma elevação dos preços-base.

Como se apontou na seção anterior, a desvalorização cambial e o aumento dos preços-base combinaram-se com três outros ingredientes, a saber: quebra de safra em 1983, elevação dos preços internacionais das commodities agrícolas, e a própria crise cambial, para produzir uma explosão de preços agrícolas já em 1983. Esses maiores preços mantiveram-se em 1984 e deram origem a expectativas otimistas de preços a serem recebidos em 1985 - para o que o governo contribuiu com novas medidas tomadas em 1984, que causaram a grande elevação dos preços mínimos vigentes na safra de 1985 (ver o Gráfico 3).

Gráfico 3


EVOLUCAO DOS PRECOS MINIMOS, 1975-89
(Indices ponderados de 5 produtos)
INDICES (1981-100)
140
130
120
110
100
90
80
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
preco minimo em t
preco-base em t-1

Na época, a maioria dos economistas agrícolas (sem falar, naturalmente, do lobby agrícola) centrou sua atenção na reforma do crédito rural e menosprezou o impacto positivo das outras medidas de política econômica (como as decisões quanto a taxa de câmbio e preços mínimos). Sobretudo, esses analistas subestimaram os incentivos de preços agrícolas que necessariamente iriam decorrer da própria crise cambial cum escassez interna de produtos agrícolas. Era, de fato, muito arraigada a crença de que a agricultura dependia, de forma absoluta, do paternalismo do Estado via crédito subsidiado. A experiência desse período encarregou-se de libertar a Economia Agrícola desse preconceito.

IV.3 O Plano Cruzado e a Euforia Agrícola de 1986

O ritmo feérico de acumulação de capital na agricultura em 1986 não pode ser atribuído a comportamento favorável dos preços agrícolas nem a tratamento especial da agricultura por parte da política econômica. Com efeito, os preços externos das commodities agrícolas (à exceção do café) encontravam-se em seus níveis mais baixos da década, e o congelamento de preços agrícolas foi efetivo - com a exceção da carne e seus substitutos próximos -, graças a importações maciças de alimentos e restrições às exportações. Nessas circunstâncias, não se pode atribuir o boom agrícola ao aumento de demanda de alimentos que se seguiu à queda da inflação (pela redução do imposto inflacionário) e ao aumento dos salários e do nível de emprego. Note-se que mesmo no caso da carne, de elasticidade-renda da demanda mais elevada, os preços fugiram ao controle do Governo menos porque a demanda aumentou e mais porque a oferta se contraiu, como será analisado em seguida.

Na verdade, a explicação deve ser buscada na política macroeconômica. Ao desindexar o sistema financeiro, o Governo acabou, também, com a correção monetária no crédito rural. Com isso, o Plano Cruzado significou, imediatamente, uma benção para o setor agrícola, porque a correção monetária dos empréstimos rurais tinha-se tornado, no início de 1986, um verdadeiro fantasma para os agricultores, esprimidos entre a aceleração inflacionária e a quebra de safra (ambas ocorridas no final de 1985).

Por outro lado, essa desindexação financeira, acompanhada como foi de uma política monetário-creditícia expansiva, responsável por baixas taxas de

juros na economia, detonou um violento processo de fuga do mercado financeiro em direção aos ativos de risco. Entre os últimos figuraram, com destaque, o rebanho bovino e a terra (além, naturalmente, de ações, imóveis urbanos e moeda estrangeira). O consequente aumento de rentabilidade das atividades de criação e engorda de gado - com redução violenta do abate - fez da pecuária um dos setores líderes na expansão agrícola. A explosão dos preços da terra, por sua vez, tornou os agricultores proprietários subitamente mais ricos e, por isso mesmo, não só mais dispostos a enfrentar os riscos inerentes à produção agrícola como, também, clientes mais atraentes para os bancos.

Essa perspectiva de análise reserva um papel meramente de coadjuvante à política de crédito rural adotada em 1986, incluindo a pré-fixação da taxa de juro do crédito de custeio em 10% em termos nominais e a ampliação do volume de crédito de investimento (afinal aplicado na pecuária, como depois se constatou). O fato, aliás, de os agricultores terem-se endividado fortemente no mercado livre - como se verificou **a posteriori**, na crise de 1987 - reforça essa hipótese. Os agricultores certamente se valeram, também, de fundos próprios antes aplicados no mercado financeiro.

Ademais de estimular, assim, a acumulação de capital na agricultura, a elevação do preço da terra tornou mais lucrativa a atividade de produção de terra propriamente dita - a qual, naturalmente, se localiza na fronteira -, num processo inteiramente análogo ao que se passou com a construção civil em 1986, igualmente beneficiada pelo boom imobiliário. De imediato, isso implicou aumento no investimento tido como agrícola (em particular em máquinas e equipamentos na fronteira); por sua vez, o acréscimo na dotação (estoque) de terra agrícola não poderia senão dar lugar a maior produção agrícola no futuro, dada a inelasticidade-preço de oferta dos serviços de terra, uma vez criada. É possível, afinal, que a extraordinária expansão da fronteira após 1986 em parte reflita esse fenômeno.

É interessante notar que esses dois efeitos benéficos da alta do preço da terra sobre a produção agrícola - ou seja, os estímulos à tomada de risco ("efeito-investimento agrícola") e à ampliação da dotação de terra agrícola ("efeito-estoque de terra") - nunca foram levados em conta nas discussões sobre a especulação com terras rurais no Brasil. É muito generalizada a crença de que essa especulação aumenta a ociosidade da terra, sob o argumento de que o especulador não está interessado no retorno propriamente agrícola da terra,

além de querer dela dispor livremente para negociação. Embora essa crença tenha sido questionada por Sayad (1982b), fica claro que esse é um aspecto secundário do problema. Use ou não o especulador sua terra, a alta do preço da terra torna os "agricultores profissionais" mais propensos ao risco e mais capazes de obter financiamento bancário, e também contribui para a expansão territorial da agricultura. Em retrospecto, é possível, afinal de contas, que boa parte da "modernização" da agricultura nos anos 70 tenha tido por trás o ganho patrimonial decorrente da quadruplicação do preço da terra ocorrida entre 1972 e 1975. A expansão agrícola em direção ao cerrado pode também ser associada causalmente a esse fenômeno; até mesmo os esforços de pesquisa sobre a utilização agrícola do cerrado e os investimentos em infra-estrutura podem ter sido uma espécie de resposta (à la Hayami e Ruttan) à alta do preço da terra.

IV.4 O Período Recente (1987-89)

A crise financeira que se seguiu à derrocada do Plano Cruzado, e agravada pela despencada dos preços da terra em 1987, já foi mencionada na Seção III.2.3. Resta apenas acrescentar que a queda violenta dos preços agrícolas, também verificada em 1987, se explica, em boa parte, pela queda dos preços mínimos, de cerca de 30%, como mostrou o Gráfico 3. Com efeito, eram estes últimos que vinham sustentando os preços de mercado em vários anos do período 1981/86, inclusive em 1986.[11] Essa queda dos preços mínimos seguiu-se à desmontagem do sistema de indexação anterior - atrelado à inflação - e sua substituição por um indexador específico (cobrindo apenas os preços de insumos utilizados na produção agrícola), restrito a alguns produtos, e defasado no tempo, o que, num período de forte aceleração inflacionária (início de 1987), levou à queda dos preços mínimos reais.

Essa experiência desastrosa no terreno dos preços mínimos teve efeitos permanentes sobre o nível desses últimos, pois tornou-se praticamente impossível, em 1987, voltar aos níveis atingidos em 1986, em face da nova tentativa de controle da inflação no Plano Bresser; reinstituiu-se, contudo, a indexação que prevalecia antes do Plano Cruzado. Reindexou-se, também, o crédito rural, o que viabilizou o aporte de uma nova fonte de recursos (a

---

[11] Isso é mostrado em Rezende (1988a).

Caderneta Rural), para o sistema.

Definiram-se também, ainda em 1987, para serem colocadas em prática durante 1988, novas "regras de comercialização", pelas quais o Governo se comprometeu a desovar seus estoques somente se os preços de mercado superassem os "preços de intervenção" anunciados previamente. O processo de cálculo desses preços - média móvel dos 60 meses anteriores - fez com que eles ficassem muito acima dos preços de mercado de fins de 1987 e início de 1988. Tem-se argumentado que isso teria favorecido a formação de expectativas de alta de preços agrícolas na entressafra (quando somente o governo deteria estoques), estimulando-se a estocagem do Governo, e que o levou a expandir a oferta de crédito de comercialização (EGF). Assim, essa política teria tornado possível não somente uma recuperação dos preços agrícolas no segundo semestre de 1988 - um processo intensificado pela alta dos preços externos -, mas também a apropriação de seus ganhos pelos agricultores.[12] Teria cumprido, portanto, um papel importante na manutenção dos incentivos à atividade agrícola em 1988.

Tendo em vista uma perspectiva crítica, cabe lembrar, antes de mais nada, que a agricultura também foi incentivada pela queda dos preços dos insumos agrícolas derivados do petróleo, como também das tarifas de transporte (ver Tabela 4). Por outro lado, a mudança na política de intervenção nos mercados agrícolas merece ser mais objeto de pesquisa futura. Importa, primeiro, relacioná-la ao agravamento do problema do déficit público; nesse sentido, os enormes gastos públicos em 1987 com a agricultura[13] certamente facilitaram a aceitação das "regras" no âmbito do Ministério da Fazenda, tradicionalmente resistente à perda de um instrumento de controle inflacionário (o controle dos preços agrícolas). Pode-se conjecturar que, de qualquer maneira, esse instrumento tinha perdido eficácia na medida em que o processo inflacionário se auto-alimentava em aspiral ascendente, e o Governo se preparava para um novo choque heterodoxo (afinal concretizado em janeiro de 1989) - o que pressupunha um realinhamento de preços agrícolas a seus níveis

---

[12] Por isso, a adoção dos meses de safra para cálculo dos preços recebidos pelos agricultores (cf. Tabela 1) é um procedimento muito menos adequado para o ano de 1988 do que para os outros anos, já que vieza para baixo a renda agrícola.

[13] Ver Gasques et alii (1988).

pré-1987. Além do mais, a política de baixas taxas de juros em 1988 favoreceu a estocagem de produtos agrícolas, com consequente impacto positivo sobre os preços agrícolas; fica difícil, por isso, isolar o efeito das "regras de intervenção".

Trata-se, em suma, de saber se, como alegado pelos defensores da política adotada em 1988, a agricultura pode mesmo prescindir de preços mínimos remuneradores, sobretudo num contexto de política de juros reais positivos; a experiência de 1989 sugere que não. Além disso, a retenção de estoques mesmo que à custa de sua perda física - como vem acontecendo com o arroz de sequeiro - é altamente contraditória com a realidade social e política do Brasil. Fere, também, a lógica econômica reter estoques (e perdê-los) sob alegação de que se combate o déficit público; afinal de contas, uma vez adquirido o produto, sua venda (mesmo que subsidiada) constitui uma receita! Todas essas questões merecem ser aprofundadas, e sua proposição é outra dívida que a Economia Agrícola contraiu com a década de 80.

IV.5 Política Econômica e Agricultura (1981-89): Uma Síntese

A Tabela 5 apresenta um quadro sinóptico que resume os principais canais através dos quais a política econômica afetou o desempenho do setor agrícola na década de 80, tanto através da política agrícola propriamente dita como através da política macroeconômica. Pretende-se, com isso, fornecer ao leitor uma síntese da discussão precedente.

TABELA 5

QUADRO SINÓPTICO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS DO PERÍODO 1981-89

SUBPERÍODOS	RESUMO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS		EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA
	PREÇOS MÍNIMOS	CRÉDITO RURAL	
1981-85	Preços-base elevados e crescentemente indexados à inflação. Preferência por AGF em vez de EGF, como parte de uma política ativa de controle de preços de alimentos pelo Governo.	Crédito de custeio abundante e muito subsidiado até 1982 e racionado em 1983 e 1984; juro real positivo em 1984 e 1985.	Estímulo diferencial à agricultura de mercado interno, inclusive com neutralização do ambiente macroeconômico adverso em 1981 e 1982. Reforço do estímulo ao investimento agrícola, quando esse ambiente macroeconômico, e a conjuntura externa, se tornam favoráveis à agricultura em 1983 e 1984.
1986	Manutenção dos níveis anteriores dos preços-base, mas adoção de indexador defasado e restrito aos produtos domésticos, o que aumentou o risco de preços agrícolas.	Expansão da oferta de crédito rural e abandono da indexação à inflação, do que resultou taxas de juros reais muito negativas no crédito de custeio da safra 1986-87.	Redução de incentivos de preços agrícolas — o que se somou à conjuntura adversa de preços externos e de sobrevalorização cambial—, a qual, entretanto, foi mais do que neutralizada pelo aumento abrupto da rentabilidade da pecuária e pelo "choque" positivo sobre a situação patrimonial dos agricultores, ambos decorrentes do novo ambiente macroeconômico de 1986.
1987-88	Preços-base de 1987 e 1988 próximos aos preços mínimos vigentes na safra de 1987, bem inferiores aos do período 1981-86. Retorno da indexação vigente antes de 1986. Preferência por EGF no lugar de AGF.	Após a concessão de ampla anistia creditícia em 1987, reinstituiu-se a indexação do crédito rural e incorporou-se Caderneta Verde como fonte de fundos, para alívio do Tesouro.	O investimento e a produção agrícolas foram estimulados no período graças a: (1) saneamento da crise financeira de 1987; (2) forte queda dos preços dos insumos agrícolas derivados do petróleo; e (3) estímulo à maior estocagem da safra pelos agricultores em 1988, o que permitiu apropriação de ganhos de preços na entressafra.
1989	Virtual desativação da política de preços mínimos — via AGF ou EGF — em face do aumento da restrição orçamentária do Governo.	Redução da oferta de crédito rural proveniente da Caderneta Verde, não compensada por aporte do Tesouro.	Aumento do grau de incerteza e deterioração da situação financeira na agricultura, sobretudo pela coincidência com sobrevalorização cambial, frustração de preços externos e desestabilização dos preços agrícolas por conta da grande instabilidade macroeconômica.

V. A QUESTÃO DO CONFLITO DOMÉSTICOS/EXPORTÁVEIS NA DÉCADA DE 80 E O PAPEL DA AGRICULTURA NO AJUSTAMENTO MACROECONÔMICO

No início desta década havia receio de que a crise de balanço de pagamentos, ao forçar o Governo a conceder maiores incentivos às exportações e à produção de cana-de-açúcar para fins energéticos, levasse a um agravamento do "problema da produção de alimentos", diagnosticado para a economia brasileira na década de 70.

A evidência disponível mostra, contudo, que a produção agrícola vegetal de mercado interno aumentou sua taxa de crescimento nesta década, em comparação com a década de 70.[14] Um sumário dessa evidência é apresentado na Tabela 6; observa-se um nítido aumento da taxa de crescimento da produção de arroz, milho e trigo, no período mais recente. Por outro lado, boa parte desse aumento se deveu à evolução mais favorável dos rendimentos físicos (fenômeno que se estendeu também ao feijão e à mandioca), com contribuição pequena, ou até mesmo negativa, da expansão de área. A referida tabela mostra ainda: a) grande salto na produção e rendimentos físicos do algodão (cultura voltada atualmente para o mercado interno); b) continuidade do dinamismo da cana-de-açúcar, agora baseado na expansão de área; e, c) perda de dinamismo da soja.

---

[14] A comparação se restringiu, na verdade, somente ao período de 1973 em diante, já que, de acordo com o IBGE (1983, p.31; 1987, p.274), as séries até 1970 e de 1973 em diante divergem muito entre si, em função de metodologias, formas de levantamento e método de apuração diversos.

TABELA 6

BRASIL - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO E DOS RENDIMENTOS FÍSICOS DE LAVOURAS SELECIONADAS, PERÍODOS 1973/81 E 1979/88

(%)

Produtos	Períodos	
	1973/81	1979/88
ARROZ		
Produção	1,5*	2,8
Rendimento físico	-0,9	4,1
FEIJÃO		
Produção	-0,3*	0,6*
Rendimento físico	-2,3	-1,3
MANDIOCA		
Produção	-0,9	-0,3*
Rendimento físico	-1,2	1,1
MILHO		
Produção	2,0*	2,5
Rendimento físico	0,8*	1,0
TRIGO		
Produção	2,4	14,5
Rendimento físico	-0,5*	10,7
ALGODÃO		
Produção	-1,3*	4,7
Rendimento físico	-0,4*	8,9
CANA-de-AÇÚCAR		
Produção	8,3	8,3
Rendimento físico	3,3	1,4
SOJA		
Produção	7,3	2,8
Rendimento físico	-1,9*	0,5*

Nota: As taxas acima foram obtidas por ajustamento exponencial das quantidades produzidas e dos rendimentos físicos, com os dados originais transformados em médias móveis trienais. Os coeficientes assinalados com (*) não são significativamente diferentes de zero a nível de 5% (teste de "t" bi-caudal).

A regionalização das informações - mostrada nas Tabelas 7 e 8, que incluem ainda outros produtos - permite outras conclusões. Em primeiro lugar, a recuperação da agricultura nordestina, após a seca observada no quinqüênio 1979/83, foi muito importante para explicar esse melhor desempenho da produção de mercado interno. Esse fenômeno ocorreu também no Centro-Sul, onde se

verificaram transformações notáveis, como a grande expansão do arroz irrigado e do trigo, no Rio Grande do Sul, e da soja, no Centro-Oeste. O crescimento dessas lavouras, aliás, está certamente relacionado ao declínio absoluto da soja no Sul e em São Paulo (à taxa média anual de 3,5%, entre 1980 e 1988), já que elas competem com a soja sulista pelos fatores de produção (como é o caso do trigo, principalmente), ou pelos mercados consumidores (o caso da soja do cerrado).[15]

Essa evidência empírica leva a um questionamento das análises que fundamentaram o receio de que o ajustamento externo fosse afetar negativamente a produção dos bens agrícolas destinados ao mercado interno. Isso se seguiria, supostamente, à queda dos preços desses bens em termos dos exportáveis, em conseqüência da própria recessão e, sobretudo, da desvalorização cambial.

---

[15] O trigo em particular, foi altamente estimulado por incentivos de preços por parte do Governo. Isso conjugou-se com a queda do preço da soja, fazendo com que a razão entre o preço do trigo e o da soja subisse de 100 em 1978-80 para 146 em 1981-83, 133 em 1984-86, e 149 em 1987. (Em 1988, contudo, essa razão de preços caiu para 90, devido à queda do preço do trigo e à alta do preço da soja).

TABELA 7

BRASIL E REGIÕES — TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO E DOS RENDIMENTOS FÍSICOS DE LAVOURAS DE MERCADO INTERNO, PERÍODOS 1973/81, 1979/88 E 1973/88

(%)

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			CENTRO-SUL			NORTE E NORDESTE		
	1973/81	1979/88	1973/88	1973/88	1979/88	1973/88	1973/81	1979/88	1973/88
FEIJÃO									
Produção	-0.3*	0.6*	0.8	0.9*	-2.4	0.6*	-2.9*	7.8	1.2*
Rendimento Físico	-2.3	-1.3	-1.5	-1.3	-1.4	-1.0	-4.9	2.6*	-2.1
MILHO									
Produção	2.0*	2.5	3.1	2.7	1.8	3.3	-7.2	15.1	0.6*
Rendimento Físico	0.8*	1.0	1.9	1.7	1.1	2.1	-9.2	10.4	-0.7*
MANDIOCA									
Produção	-0.9	-0.3*	-1.0	-7.3	0.3*	-3.5	3.4	-0.6*	0.6
Rendimento Físico	-1.2	1.1	-0.2*	0.1*	0.4*	0.3	-0.9	1.2*	-0.1*
ARROZ (total)									
Produção	1.5*	2.8	2.0	1.7*	1.9	1.8	0.6*	7.1	2.4
Rendimento Físico	-0.9	4.1	2.0	0.6*	3.7	3.0	-6.3	7.0	-1.0*
ARROZ (irrigado)									
Produção				4.0	6.4	5.5			
Rendimento Físico				0.3*	2.8	2.1			
ARROZ (sequeiro)									
Produção				0.5*	-1.1*	-0.4*			
Rendimento Físico				-0.1	2.0	1.7			
TRIGO									
Produção	2.4	14.5	5.1						
Rendimento Físico	-0.5*	10.7	5.4						
TODAS AS LAVOURAS ACIMA									
Índice de Produção	1.0*	3.4	2.1						
Índice de Rendimento Físico	-0.4*	2.6	1.4						

NOTA: Ver rodapé da Tabela 6.

TABELA 8

BRASIL E REGIÕES — TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO E DOS RENDIMENTOS FÍSICOS DE OUTRAS LAVOURAS, PERÍODOS 1973/81, 1979/81 E 1973/88

(%)

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			CENTRO-SUL			NORTE E NORDESTE		
	1973/81	1979/88	1873/88	1973/81	1979/88	1973/88	1973/81	1979/88	1973/88
SOJA (total)									
Produção	7.3	2.8	5.1						
Rendimento Físico	-1.9*	0.5*	0.7*						
SOJA (Sul e São Paulo)									
Produção				5.5	-3.5	0.9*			
Rendimento Físico				-2.1*	-0.8*	-0.1*			
SOJA (cerrado)									
Produção				27.6	19.3	24.3			
Rendimento Físico				2.1*	2.2	3.3			
ALGODÃO EM CAROÇO									
Produção	-1.3*	4.7	2.5	2.0*	4.8	4.7	-8.4	4.2*	-3.0
Rendimento Físico	-0.4*	8.9	5.2	4.0	-1.6*	1.8	-7.8	13.2	2.1*
LARANJA									
Produção	9.2	4.7	7.4						
Rendimento Físico	3.8	0.4*	2.1						
CACAU									
Produção	7.4	2.8	4.9						
Rendimento Físico	6.8	-1.9	1.3						
CAFÉ									
Produção	3.8*	-7.3	0.6						
Rendimento Físico	-0.4*	-3.4*	0.0*						
CANA-DE-AÇÚCAR									
Produção	8.3	8.3	8.6						
Rendimento Físico	3.3	1.4	2.3						

NOTA: Ver rodapé da Tabela 6.

Entretanto, no que se refere à recessão, viu-se antes que ela altera, também, os preços relativos dos fatores de produção utilizados na agricultura, o que tem efeitos diferenciados sobre os custos de produção das atividades de mercado interno e externo. Não fica patente, portanto, o efeito final da recessão sobre as rentabilidades relativas dessas atividades. Não está claro, tampouco, que o efeito da desvalorização cambial sobre a agricultura de mercado interno seja adverso. Em virtude do efeito-substituição no consumo, a desvolarização cambial faz aumentar os preços dos bens agrícolas domésticos em termos dos bens não-comercializáveis dos setorers não-agrícolas. Além disso, ela eleva os preços domésticos dos bens agrícolas importados, o que estimula o crescimento da produção interna substitutiva dessas importações. O exemplo mais conspícuo, no caso do Brasil, foi naturalmente o do trigo que, em grande parte importado, contribuía, no início da década, com mais de 20% das calorias e proteínas totais consumidas pela população [Homem de Melo (1983)]. Mas o estímulo à produção agrícola para o mercado interno, decorrente da desvalorização cambial, não se limitou ao trigo. A elevação, para o Governo, do preço do trigo, em moeda nacional - tanto para o produto importado, quanto para o nacional -, acabou forçando a alta do preço daquele cereal para o consumidor, com consequências óbvias sobre a demanda e os preços dos bens agrícolas substitutos do trigo (arroz, feijão, mandioca, milho e, também, produtos animais).

É importante, ainda, levar em conta certos aspectos, já apontados em Rezende (1988b). As lavouras de exportação - soja, sobretudo - não contaram com preços externos estimulantes; a pecuária reduziu sua taxa de crescimento; inovações tecnológicas, como as que permitiram a incorporação do cerrado, aumentaram o potencial produtivo da agricultura e reduziram o grau de conflito intrasetorial; o menor ritmo de crescimento econômico nesta década também contribuiu para elevar esse potencial produtivo, já que os fatores de produção (não só a mão-de-obra, mas também os insumos correntes e bens de capital) puderam ser mais facilmente atraídos para a agricultura; a reforma do crédito rural elevou o custo de produção de lavouras tecnificadas (que usam mais insumos comprados fora por unidade do produto), relativamente às lavouras produzidas de forma técnica mais rudimentar (como em boa parte acontece com feijão, mandioca e milho); e a renovada expansão da pequena agricultura é também consistente (seja como causa, seja como efeito) com o melhor desempenho dessas últimas lavouras.

Lugar de destaque na análise desse fenômeno deve caber, contudo, ao maior apoio governamental à produção agrícola para o mercado interno, que se deu sobretudo através da política de preços mínimos, mas que envolveu, também, a própria política de crédito rural. A rápida resposta dada pela agricultura a esses estímulos cedo se expressou na melhoria do abastecimento interno - com consequências positivas sobre o controle da inflação e o nível de renda real da população urbana, via queda dos preços dos alimentos - e também cedo contrastou com a limitada capacidade de a agricultura contribuir para a geração do superávit comercial - limitação essa que tinha sua origem nas condições adversas dos mercados agrícolas internacionais. De qualquer maneira, a economia brasileira demonstrou poder prescindir da agricultura para resolver o problema cambial, já que a indústria (incluindo a extrativa mineral) deu conta do recado, seja substituindo importações, seja aumentando exportações.[16] A este respeito, aliás, cabe fazer um contraste com a economia argentina, cuja grande dependência em relação às exportações de bens agrícolas consumidos internamente (carne, trigo, milho, soja, etc.) levou à paralisia da política econômica, já que a solução do problema cambial - ou seja, a desvalorização cambial - entrava em agudo conflito com o controle da inflação e com o problema de renda real da população urbana.

Em suma: em retrospecto, a crise externa, ao invés de agravar o "problema da produção de alimentos", criou as condições necessárias para sua superação e tornou claro que a principal contribuição da agricultura, numa economia com a dimensão e com a base industrial como a brasileira, reside na contínua melhoria do abastecimento interno, o que, além do mais, acabará por fortalecer a própria competitividade externa do Brasil. [Sobre isso, ver Dias (1989)]. Esta, sem dúvida, foi talvez a principal lição da crise.

VI. SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Este trabalho ofereceu uma revisão crítica de algumas das principais questões de Economia Agrícola no Brasil, tomando-se por base, para isso, uma

---

[16] Dados apresentados em Delgado (1988) comprovam essa afirmativa: a contribuição da variação do "saldo comercial agrícola" (exportações menos importações agrícolas) para a variação do saldo comercial total, entre o triênio 1980-82 e o ano de 1985, foi de apenas 15%. (US$ 2 bilhões em US$ 13,5 bilhões).

análise detalhada da experiência concreta da agricultura na década de 80.

Caracterizou-se, inicialmente, que o produto agrícola vegetal não apenas preservou, na década atual, sua tendência de crescimento da década passada - o que, a esta altura, deixou de ser novidade -, mas também que o comportamento cíclico desse produto não guardou uma relação sistemática com a evolução cíclica geral. Esse último fenômeno, em particular, suscitou o retorno, neste trabalho, às contribuições de uma antiga literatura especificamente dirigida à análise do comportamento da produção e dos preços agrícolas no ciclo econômico. Indo além dos aspectos focalizados nessa literatura, contudo, o trabalho chamou a atenção para o fato de que a rentabilidade relativa da agricultura é afetada de forma crucial por variáveis que, por serem exógenas à economia brasileira, não guardam, tampouco, qualquer relação sistemática com o ciclo doméstico: os preços externos das commodities agrícolas e do petróleo. Com essa ampliação do quadro analítico, fica claro que não apenas o produto, mas também o investimento agrícola não guardam, em princípio, qualquer relação sistemática com o ciclo geral da economia; assim, a acumulação de capital na agricultura tanto pode ser anticíclica como procíclica, dependendo da atuação das variáveis externas acima mencionadas. Esse padrão em princípio acíclico do investimento agrícola, por sua vez, não pode senão contribuir para um padrão análogo do produto agrícola, uma vez que se incluam, no investimento agrícola, as compras de insumos correntes (como adubos, por exemplo).

O trabalho mostrou, ainda, que o Governo teve uma atuação decisiva na determinação desse comportamento peculiar do investimento e da produção agrícolas no ciclo recente da economia brasileira. O instrumento de política setorial em que se concentrou essa ação do Governo - a política de preços mínimos - fez, ainda, que essa influência fosse especialmente favorável para o subsetor voltado ao abastecimento do mercado interno, embora esse subsetor tenha-se beneficiado, também, da política cambial adotada no período, por paradoxal que isso pareça. Face aos fracos estímulos de preços externos das commodities agrícolas, esse melhor aproveitamento das possibilidades oferecidas pelo mercado interno - via aumento de produtividade e redução dos preços dos alimentos - foi crucial para a manutenção do dinamismo agrícola e marcou a contribuição que a agricultura deu - e que deveria se manter no futuro - ao ajustamento da economia brasileira às novas condições externas.

Para sermos exatos, essa atuação governamental sofreu uma guinada a

partir de 1988, quando se optou por uma estratégia de menor intervenção governamental nas duas pontas dos mercados agrícolas (junto ao produtor e junto ao consumidor), fundamentalmente para reduzir o impacto, sobre o déficit público, da política de abastecimento e de preços mínimos adotada até então. Essa nova estratégia acabou por beneficiar a agricultura, ao coincidir com a elevação dos preços externos das commodities agrícolas em 1988; isso, juntamente com a redução dos custos de produção e de transporte dos produtos agrícolas - graças à queda do preço internacional do petróleo -, certamente contribuiu para a manutenção do dinamismo agrícola nas safras 1987/88 e 1988/89.

A conjuntura que cerca o ano agrícola 1989/90 é extremamente preocupante, contudo. O retorno à desindexação financeira (no contexto do Plano Verão), logo abandonado em favor da reindexação cum taxas de juros reais positivas, fez os preços relativos agrícolas flutuarem amplamente, subindo até junho de 1989 e despencando depois. Ao mesmo tempo, o agravamento da situação financeira do Governo Federal fez encolher ainda mais a **safety net** provida à agricultura via preços mínimos e crédito rural. O resultado de tudo isso é um claro aumento de incerteza na agricultura, com prováveis conseqüências adversas sobre a próxima safra. A agricultura brasileira entra, assim, finalmente, em sintonia com o dramático quadro geral da economia brasileira, o qual, naturalmente, só poderá ficar mais dramático ainda com a perda da contribuição que a agricultura vinha prestando.

É interessante notar que foram própria perda de dinamismo e o aumento da instabilidade da economia brasileira que têm forçado os economistas agrícolas a buscarem um melhor entendimento das inter-relações da Agricultura com a Macroeconomia, de cujo esforço este trabalho é fruto, e em alguma medida uma síntese. Em contraste, esse tipo de questões - muitas delas novas, e que deverão seguir concentrando as atenções daqui para frente - não atraíam interesse, exceto marginalmente, nos anos 70, em que se tomava por assentado o crescimento econômico, e as condições macroeconômicas eram comparativamente muito mais estáveis. Ocupavam o seu lugar questões específicas ligadas ao padrão de crescimento agrícola e às políticas setoriais.

Com referência a essas últimas questões, o trabalho, como enunciado na Introdução, propôs-se a oferecer uma revisão crítica, tomando-se por base a experiência concreta da agricultura na década findante. Cabe tratar, primeiro,

das questões relativas à estrutura agrária e, depois, das controvérsias sobre a política agrícola.

No terreno da controvérsia sobre as determinações estruturais da agricultura, o trabalho formulou uma crítica ao reducionismo tecnológico de muitas das análises em voga, ressaltando o papel das múltiplas barreiras que políticas setoriais, e bem assim a própria instabilidade macroeconômica, levantam contra a agricultura em pequena escala, de base familiar. A estrutura agrária tem evoluído segundo padrões bem diferenciados entre países, sendo certo que a agricultura de base familiar não cedeu lugar à agricultura "empresarial" nos países capitalistas; as evidências - embora pouco satisfatórias - apontam para uma expansão da agricultura familiar no Brasil; não se tem base empírica para fazer generalização sobre como têm evoluído, mais recentemente, as relações contratuais no mercado de trabalho assalariado agrícola no Brasil;[17] e não se justifica, por todas essas e outras razões, uma visão catastrofista que vê a exclusão e a concentração como processos históricos inelutáveis.

No terreno da política agrícola, por sua vez, o trabalho tem o seguinte a oferecer, à guisa de conclusões. A primeira delas é de que o crescimento agrícola prescinde da política de crédito subsidiado; o que é crucial, nesse sentido, é mesmo a taxa de retorno agrícola, como Sayad e outros haviam argumentado. A segunda é sobre a importância decisiva da política de preços mínimos: ela é a base para assegurar o crescimento da produção e a incorporação de progresso técnico no subsetor voltado para o mercado interno (a agricultura de exportação, por razões óbvias, só marginalmente pode beneficiar-se dessa política; a ela interessam as políticas cambial e de comércio exterior). Além disso, ela deixa a política econômica livre para gerir a política monetária e a política de abastecimento, instrumentos indispensáveis para a estabilização macroeconômica. A propósito, o trabalho propõe uma rediscussão dos princípios da estratégia implementada em 1988, de relegação dos preços mínimos a um segundo plano e de crença de que a rentabilidade agrícola pode e deve ser estimulada com base numa política rígida de desabastecimento interno. A política de abastecimento ficaria,

---

[17] A este respeito, aliás, Aguirre (1989) sugere que vem ocorrendo, na décadade 80, uma maior utilização de trabalhador permanente em relação ao eventual, em contraste com o que ocorreu na década de 70.

assim, subordinada à política agrícola, mas parece óbvio que tem de ser o contrário, ou seja, que a política de abastecimento - evidentemente de forma coerente com a provisão de incentivos à produção agrícola, como, aliás, de fato ocorreu na primeira metade da década - deve ter precedência e compreender a política agrícola.

VII. BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, B.M.B., "Perspectivas do Mercado de Trabalho Rural no Brasil", in Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Piracicaba, SP, 24/28.7.89), vol.II, pp.190-209.

BINSWANGER, H.P. e M. ELGIN, "Quais São as Perspectivas da Reforma Agrária?", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 19 no. 1 (Abril 1989): 1-18.

DELGADO, G., "Tendências da Demanda Agrícola Face à Política Econômica", in Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Fortaleza, CE, 1/5.8.88), vol.III, pp. 71-104.

DIAS, G., "O Papel da Agricultura no Processo de Ajustamento - Nota Adicional", in Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Piracicaba, SP, 24/28.7.89), vol.II, pp. 310-317.

GALBRAITH, J.K. e J.D. BLACK, "The Maintenance of Agricultural Production during Deppression: The Explanations Reviewed", The Journal of Political Economy, vol. 46 no. 3 (Junho 1938): 305-323.

GASQUES, J.G et alii, "Gastos Públicos na Agricultura: Estrutura e Resultados". in Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Fortaleza, CE. 1/5.8.88), vol.I, pp. 224-246.

HANSEN, A.H., "The Business Cycle and its Relation to Agriculture", Journal of Farm Economics, vol. 14 (1932): 59-68.

HARROD, R.F., The Trade Cycle (Oxford: Clarendon Press, 1936)

HICKS, J.R., The Crisis in Keynesian Economics (New York: Basic Books, 1974).

HOMEM DE MELO, F., O Problema Alimentar no Brasil (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983)

_____, "O Crescimento Agrícola Brasileiro dos Anos 80 e as Perspectivas para os Anos 90", mimeo., 1989.

IBGE, Metodologias das Pesquisas Agropecuárias Anuais - 1981 (Rio de Janeiro: Série Relatórios Metodológicos, vol. 3, 1983).

_____, Estatísticas Históricas do Brasil (Rio de Janeiro: Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 3, 1987).

JOHNSON, D.G., "The Nature of the Supply Function for Agricultural Products", American Economic Review, vol. 40 (1950): 539-564.

KALDOR, N., "Inflation and Recession in the World Economy", Economic Journal, vol. 86 no. 12 (1976): 703-714.

KALECKI, M., Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy (Cambridge University Press, 1971).

KIRK, J.H., Agriculture and the Trade Cycle (Londres: P.S. King and Son, 1933).

LIEBHARDT, M.E., Ajustamento do Setor Agrícola às Mudanças no Crédito Rural (Brasília: CFP, Coleção Análise e Pesquisa, vol. 35, 1988).

LOPES, M.R. "Comercialização Interna e Externa da Produção Agrícola: Principais Problemas e Sugestões", in A.S.P. Brandão, ed. Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: Análise e Sugestões (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988), pp. 357-399.

MAIMON, D. "Politiques d'Approvisionnement Alimentaire au Bresil (1967-1986)", Tese de Doutorado, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1989.

NAKANO, Y., "A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura", Revista de Economia Política, vol.I no 3 (Julho - Setembro 1981): 3-16.

REZENDE, G.C., "Ajuste Externo e Agricultura no Brasil, 1981-86", Revista Brasileira de Economia, vol. 42 no. 2 (Abril-Junho 1988a): 101-137.

_____, Crise Externa e Agricultura: Brasil, Anos 80 (Rio de Janeiro: FASE, 1988b).

ROMEIRO, A.R., "Agricultura e Desenvolvimento Sócio-Econômico: O Sentido Atual da Reforma Agrária no Brasil", mimeo., 1989.

SAYAD, J., "Notas sobre a Agricultura no Curto Prazo", in J. Sayad et alii, Economia Agrícola: Ensaios (São Paulo: FIPE-USP, 1982a): 143-176.

_____, "Especulação com Terras Rurais, Efeitos sobre a Produção Agrícola e o Novo ITR", Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.12, no 1 (Abril 1982b): 87-108.

_____, Crédito Rural no Brasil (São Paulo: Estudos Econômicos FIPE-Pioneira, 1984).

SCHULTZ, T.W., Agriculture in an Unstable Economy (NewYork: McGraw Hill, 1945).

SILVA, J.A., "Modelo para a Estimação do Rebanho Bovino por Sexo e Grupos Etários - Desenvolvimento e Aplicações", Revista Brasileira de Estatística, vol. 47 no 188 (Out. Dez. 1986): 571-606.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE 1988

N•130-"A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.

N•131-"Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.

N•132-"O (Des) controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.

N•133-"O Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fabio Giambiagi, Março 1988, 17 p.

N•134-"Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.

N•135-"Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1988, 23 p.

N•136-"Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.

N•137-"Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, Maio 1988, 22 p.

N•138-"A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, Maio 1988, 18p.

N•139-"O Brasil e a Atual Rodada de Negóciações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, Maio 1988, 21 p.

N•140-"Produtividade e Vantagens Comparativas Dinâmicas na Indústria

Brasileira: 1970/83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, Junho 1988, 23p.

N•141-"Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E. J. Reis, R. Bonelli e S. M. Polónia Rios, Junho 1988, 45 p.

N•142-"Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho 1988, 32 p.

N•143-"Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Seróa da Motta, Junho 1988, 18 p.

N•144-"Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 55 p.

N•145-"Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho 1988, 23 p.

N•146-"Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 38 p.

N•147-"Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiro", Newton de Castro, Julho 1988, 41 p.

N•148-"Mobilidade entre Classes de Renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, Julho 1988, 50 p.

N•149-"Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suplemento Previdência da PNAD-83 e Dados da DATAPREV", Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Julho 1988, 36 p.

N•150-"Os Conceitos de Custo da Dívida Mobiliária Federal e Déficit Operacional do Setor Público: Uma Crítica", Fabio Giambiagi, Julho 1988, 18 p.

N•151-"Linkages and Economic Development: the Case of Brazil Reconsidered", Benedict J. Clements e José W. Rossi, Agosto 1988, 22 p.

N•152-"On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis", Ricardo Paes de Barros, Agosto 1988, 50 p.

N•153-"Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil", Sonia Rocha, Setembro 1988, 41 p.

N•154-"Trend, Seasonality and Seasonal Adjustment", A.C.Harvey e Pedro L. Valls Pereira, Setembro 1988, 50 p.

N•155-"Decomposição dos Efeitos de Intensidade Energética no Setor Industrial Brasileiro", Ronaldo Serôa da Motta e João Lizardo de Araújo, Outubro 1988, 22 p.

N•156-"As Desigualdades Inter-Regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil", Thompson Almeida Andrade, Outubro 1988, 29 p.

N•157-"Produtividade Total dos Fatores de Produção na Indústria Brasileira: Mensuração e Decomposição de sua Taxa de Crescimento", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro 1988, 36 p.

N•158-"Notas Sobre a Relação entre a Inflação, o 13• Salário e o Déficit Público", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 14 p.

N•159-"Alta Inflação e Fronteira de Estabilidade: Um Modelo para a Análise de Trajetórias Explosivas da Inflação", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 32 p.

N•160-"Indexação e Reajuste Salarial: Uma Alternativa para Lidar com o Problema da Defasagem", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 17 p.

N•161-"Previsão do Nível e Ciclo da Produção Industrial", Ricardo Markwald, Ajax R. B. Moreira e Pedro L. Valls Pereira, Dezembro 1988, 43 p.

N•162-"Desempenho Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise Exploratória", Helson C. Braga e Virene Matesco, Fevereiro 1989, 37 p.

N•163-"Relação Capital-Produto Incremental: Estimativas para o Período 1948/1987", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1989, 53 p.

N•164-"Família e Distribuição de Renda: O Impacto da Participação das Esposas no Mercado de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane S. Pinto de Mendonça, Março 1989, 29 p.

N•165-"A Dinâmica da Dívida Externa: Algumas Simulações para o Brasil", José W. Rossi, Maio 1989, 20 p.

N•166-"Incidência de Pobreza nas Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80", Sonia Rocha, Agosto 1989, 29 p.

N•167-"Cálculo do Valor de Pico dos Salários num Contexto de Alongamento do Período de Reajuste", Fabio Giambiagi, Agosto 1989, 16 p.

N•168-"Comportamento dos Agregados e Multiplicadores Monetários no Brasil", José W. Rossi, Agosto 1989, 20 p.

N•169-"Financiamento do Déficit Público e Inflação: Um Modelo para o Caso Brasileiro", Fabio Giambiagi e Pedro Luiz Valls Pereira, Agosto 1989, 35 p.

N•170-"Inflação e Ativos Financeiros no Brasil: Uma Aplicação da Técnica de Auto-Regressões Vetoriais", Elcyon Caiado Rocha Lima, Agosto 1989, 38p.

N•171-"Efeitos da Nova Constituição e das Propostas de Nova Legislação na Seguridade Social", Francisco Oliveira e Kaizô I. Beltrão, Agosto 1989, 54 p.

N•172-"Size and Functional Income Distribution in Brazil: Some Puzzles", Benedict J. Clements, Agosto 1989, 15 p.

N•173-"Segmentação e Mobilidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise da Área Metropolitana de São Paulo", Guilherme Luis Sedlacek, Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Agosto 1989, 20 p.

N•174-"Crescimento Econômico: Financiamento e Redistribuição", Ajax B. Moreira, Outubro 1989, 64 p.

N•175-"Temporal Stability of Regional Wage Differentials in Brazil", William D. Savedoff, Outubro 1989, 17 p.

N•176-"Regional Wage Differences and Segmentation in Brazil's Urban Labor Markets", William D. Savedoff, Outubro 1989, 35 p.

N•177-"A Política Monetária de um Plano de Estabilização: Uma Agenda para Reflexão", Fabio Giambiagi, Novembro 1989, 18 p.

N•178-"Um Estudo da Evolução das Diferenças Regionais da Desigualdade no Brasil", José Guilherme Almeida Reis e Ricardo Paes de Barros, Dezembro, 1989, 67 p.

N•179-"Renegociação da Dívida Externa: Uma Avaliação do Impacto Sobre a Capacidade de Crescimento da Economia Brasileira", Fabio Giambiagi e Vagner Ardeo, Dezembro 1989, 41 p.

N•180-"Mobilidade Urbana e Rural entre Classes de Renda no Brasil", Manoel A. Costa, Dezembro 1989, 43 p.

N•181-"Economia Informal: Algumas Considerações sobre Conceituação e Mensuração", Sonia Rocha, Dezembro 1989, 24 p.

N•182-"Total Factor Productivity Growth and Export-Led Strategies: Cross-Country Evidence", Armando Castelar Pinheiro, Dezembro 1989

N•183-"Investigating the Causes of the Recent Brazilian Trade Surpluses", João Victor Issler e Ricardo Costa Gazel, Dezembro 1989, 22 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.